

O QUE É
O

GRACCO
NESO

*EDIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE
ORIENTAÇÃO REVOLUCIONÁRIA
DO COMITÉ CENTRAL DO MPLA*



O QUE É O FRACCIONISMO?

*Edição do Departamento de Orientação Revolu-
cionária do Comité Central do MPLA*

INTRODUÇÃO

O Povo Angolano dirigido pela sua vanguarda o MPLA, acaba de enfrentar vitoriosamente uma guerra de agressão imperialista. Batido no campo militar, o inimigo procura novas e mais subtis formas de actuação para se opor às vitórias cada vez maiores, alcançadas pelas massas populares. É através da agitação no seio dos trabalhadores, da fomentação do tribalismo e do racismo, da sabotagem do Poder Popular e da sabotagem económica que o inimigo procura opor-se ao avanço da nossa luta.

As massas populares, organizadas em torno da sua vanguarda, o MPLA, constituem a força motriz da nossa Revolução. Todavia, para que elas possam cumprir a tarefa histórica, que lhes está destinada, é indispensável, que os militantes da nossa Organização, tenham como preocupação dominante aumentar a sua formação política e ideológica para melhor servir m os interesses das massas populares.

O Departamento de Orientação Revolucionária, com a colecção «Resistência» pretende contribuir decisivamente para a tarefa da educação política e ideológica das massas militantes. Aos militantes mais conscientes, e melhor esclarecidos, caberá estudar os textos aqui editados e levá-los ao conhecimento das massas, seja nos grupos de acção, nas Comissões de Bairro, nas Comissões de Trabalhadores, etc., para aí se discutir aprofundadamente o seu conteúdo.

DECLARAÇÃO
DO BUREAU
POLÍTICO
SOBRE O
FRACCIONISMO

26-5-77

DECLARAÇÃO DO BUREAU POLÍTICO DO MPLA SOBRE O FRACCIONISMO

O 5.º Plenário do Comité Central do MPLA acaba de tomar decisões de extrema importância, que devem ser claramente compreendidas e levadas à prática por todos os militantes do MPLA.

Depois de apenas um ano e meio de independência, que tantos sacrifícios custou à totalidade do nosso Povo, são bem visíveis hoje as enormes conquistas já obtidas. A restauração da dignidade do nosso Povo, o respeito que por ele manifesta todo o mundo, o reforço da unidade nacional, a conquista para as mãos do Povo de grande parte das riquezas do país, a decisão inabalável de reforçar a nossa defesa, o prosseguir na reconstrução nacional aplicando os princípios do socialismo científico, são já factos marcantes do caminho justo seguido pela Revolução Angolana.

A opção socialista definida pelo 3.º Plenário revela a responsabilidade da classe operária de conduzir o nosso processo revolucionário aliada aos camponeses e aos intelectuais revolucionários em conjunto com a pequena-burguesia patriótica. A unidade nacional tem de ser preservada a todo o custo.

Mas há um tempo para cá, ao mesmo tempo que o imperialismo procura infiltrar os seus agentes armados, outras forças se manifestam que procuram fomentar o

divisionismo no nosso Povo, não só explorando preconceitos tribais, regionais ou raciais, mas fomentando sobretudo o confucionismo ideológico.

Para fomentar o divisionismo no seio do nosso Povo muito têm contribuído grupos fraccionistas que, à semelhança do que já aconteceu no passado, desenvolvem uma actividade a coberto do MPLA mas fora das suas estruturas, procurando contestar a linha política do Movimento, o seu Comité Central e o Governo da RPA.

Os componentes dessas fracções quase sempre revelam uma fraca consciência política e ideológica, um espírito de grandes sabedores e de grandes teóricos, papagueiam muitas palavras de difícil entendimento para o nosso Povo, não contribuem para o estudo e para a solução dos problemas concretos mais prementes, adulteram a dinâmica da luta de classes em proveito de si próprios e não em proveito das classes que dizem defender.

O fraccionismo, que é um mal que ocorre em todos os partidos revolucionários, manifesta-se sobretudo pelo aparecimento de grupelhos de ambiciosos e oportunistas, procurando contestar, sob pretextos diversos, a orientação dos organismos dirigentes, falsificar o conteúdo da linha política do MPLA e lutar pela hegemonia e pelo controlo de toda a organização.

O fraccionismo exprime-se pelo desprezo fundamental dos princípios do centralismo democrático que, numa organização revolucionária obrigam ao cumprimento das decisões da maioria, mesmo pelas minorias discordantes.

O fraccionismo procura minar a confiança das massas nos dirigentes, utilizando a calúnia ou explorando as dificuldades que ainda existam na produção, no abastecimento, nos transportes, na educação, na

saúde. Em vez de procurar contribuir para melhorar os diferentes sectores em que se processa a reconstrução nacional, o fraccionismo sabota as medidas positivas procurando provocar assim o descontentamento das massas.

O fraccionismo utiliza a verborreia pseudo-revolucionária para confundir as massas e esconder a incapacidade dos fraccionistas de se dedicarem a solução dos problemas mais urgentes que afligem o nosso Povo, como a defesa do País contra as actuais provocações e infiltrações armadas, o aumento da produção e a melhoria da distribuição dos bens essenciais, a reorganização da saúde e da educação, a revalorização da cultura nacional.

COMO SE MANIFESTOU ULTIMAMENTE O FRACCIONISMO

À semelhança do que já fizeram os fraccionistas de outras épocas, os novos fraccionistas utilizam a sua condição de militantes para insidiosamente desvirtuar as orientações dos órgãos de direcção, caluniar os dirigentes e criar estruturas clandestinas que procuram sobrepor a sua acção à dos verdadeiros Grupos de Acção ou Comitês de Acção, a quem procuram conquistar para a sua actividade fraccionista.

Os novos fraccionistas conseguiram montar uma organização clandestina a partir de um «Secretariado» criado no antigo DOM Nacional pelo camarada Nito Alves. Esse «Secretariado», dirigido por Cita Vales, recrutou «activistas» que, após uma preparação especial, iniciaram um trabalho de organização rigorosamente clandestino, cuja estrutura só mais tarde se veio a descobrir. Essa estrutura tocava todos os sectores de Luanda, desde o sector operário ao sector bairros, e ramificava-se por algumas províncias, organizações de massas e forças armadas.

Fingindo combater outros grupos fraccionistas, e escondendo-se sob a capa de um «marxismo-leninismo» verbalista, os novos fraccionistas escudavam-se numa fingida devoção a este ou aquele país amigo, não hesitando mesmo em visitar certas embaixadas onde se empenhavam em caluniar o MPLA e certos militantes e dirigentes do MPLA.

Usando e abusando de uma fraseologia demagógica resultante da leitura mal assimilada dos clássicos do marxismo-leninismo, os novos fraccionistas iludiam as massas e os militantes, classificando este e aquele militante ou este ou aquele dirigente, de «direitista», de «esquerdista», de «maoista», de «anti-soviético», de «socialista nacional» de «social-democrata», camuflando assim a sua ideologia de essência reaccionária, regionalista e racista.

Os novos fraccionistas aproveitavam algumas reuniões dos Grupos de Acção ou dos Comitês de Acção do MPLA para lançarem a dúvida sobre a justeza da linha política do Movimento e sobre a idoneidade do Comité Central do MPLA, ou sobre o Governo da RPA, a quem atribuíram as dificuldades que o País atravessa.

Utilizavam todos os meios para recrutar elementos para a sua estrutura clandestina, que reunia secretamente e dava directivas divisionistas, aproveitando certos factos da vida nacional.

Isso aconteceu por exemplo em plena 2.^a guerra de libertação, a 6 de Fevereiro de 1976, quando se iniciava a grande contra-ofensiva sobre as posições sul-africanas, em que a pretexto da suspensão de um programa de rádio denominado «Kudibanguela», não hesitaram em montar uma manifestação de protesto contra o governo. É o mesmo grupo fraccionista que há pouco tempo, a pretexto de uma busca normal em dois bairros, procura lançar as massas contra o Bureau Político,

contra as FAPLA, contra o Governo, contra a DISA e contra o «Jornal de Angola», sob uma argumentação cheia de falsidades e de inspiração reaccionária. Foi notório o aproveitamento que a reacção fez de uma tal situação, utilizando os fraccionistas e em particular Nito Alves, com sua própria bandeira.

Isso aconteceu, por exemplo, com elementos como Nito Alves, Galiano e Santos que, violando todas as regras de disciplina partidária, editaram publicações panfletárias em que, uma vez mais, utilizam desavergonhadamente a arma da calúnia para denegrirem órgãos do MPLA, do Governo, bem como alguns dirigentes e militantes. Todas essas calúnias nunca foram expostas nas reuniões normais dos diferentes organismos do Movimento. No entanto, tais panfletos foram profusamente distribuídos, comentados e difundidos através das já referidas estruturas clandestinas dos novos fraccionistas. Neles se pretende sobretudo fazer crer que alguns membros do Bureau Político do MPLA são maoistas e anti-soviéticos, numa intenção obscura de abalar a indestrutível amizade que liga o MPLA ao Partido Comunista da União Soviética e o Povo angolano ao Povo soviético. Nito Alves chega a difamar o próprio Comité Central e, numa atitude de presunçosa vaidade, não hesita em falar de uma pesada e inadiável responsabilidade que a história teria colocado sobre os seus ombros.

Os panfletos revelam mesmo que os novos fraccionista montaram uma «rede de segurança» que procura apoderar-se de documentos secretos que não hesitam divulgar.

Também a JMPLA foi alvo das manobras dos novos fraccionistas que instalaram o seu confusionismo ideológico em certos ex-responsáveis da Juventude, levando-os também a eles atitudes de indisciplina e desrespeito pelos órgãos de direcção do MPLA.

Em todo este confucionismo ideológico sobressai uma constante, que é a incapacidade que todos os fraccionistas têm em distinguir o MPLA, um Movimento, de um Partido da classe operária. As numerosas citações que fazem de Lénine referem-se em geral a situações concretas do Partido em determinado condicionalismo histórico que nada têm a ver com a ideia que pretendem defender. Deturpam-se assim os clássicos do marxismo-leninismo, prejudicando o benefício que os militantes do MPLA poderiam tirar da sua teoria e prática correctamente analisadas.

Ultimamente, na sua ânsia de pressionar o Comité Central, os novos fraccionistas revelaram toda a sua estratégia e a sua tática para uma tomada de poder, pondo a descoberto alguns dos seus organismos clandestinos em determinadas empresas, no sector da função pública e nos bairros. Caída a máscara revolucionária, ficou a descoberto a ideologia pequeno-burguesa, tribalista, racista e confucionista que inspirou todo este processo.

Todos estes problemas foram objecto de profunda análise pelo 5.º Plenário do Comité Central que decidiu reforçar a unidade no seio do MPLA e reforçar a unidade nacional, desencadeando prontamente um combate implacável contra o fraccionismo no seio do MPLA e contra o divisionismo no seio do Povo.

Não pode haver um combate sério contra as forças imperialistas nem contra a reacção interna sem um MPLA unido e fortalecido pela coesão ideológica.

Não pode haver um combate sério contra o imperialismo e contra a reacção interna sem uma aplicação correcta dos princípios internacionalistas que o nosso Povo soube assimilar e praticar tão vigorosamente.

O Bureau Político do Comité Central do MPLA engaja todos os militantes e aderentes, todos os combatentes, todos os membros das organizações de massas

a desencadear um amplo trabalho de esclarecimento e de desmascaramento dos novos fraccionistas para que, reforçada a unidade, possa todo o MPLA mobilizar-se em torno das actuais tarefas prioritárias no campo da Defesa, da Reconstrução Nacional, da Preparação do Congresso e da criação do Partido marxista-leninista.

Combatendo o fraccionismo deve cada militante dedicar todo o seu esforço, toda a sua capacidade e contribuir para uma melhoria das condições de vida do Povo, em particular no aumento da produção e na normalização da distribuição.

Como disse o Camarada Presidente «que todos os militantes do MPLA, que todos os activistas, que todos os membros dos Comités e Grupos de Acção, de acordo com as decisões do Comité Central, façam um combate verdadeiro e sério contra todos os fraccionistas que encontrarem no seu caminho».

Luanda, 26 de Maio de 1977.

A LUTA CONTINUA
A VITÓRIA É CERTA

O Bureau Político do C. C do MPLA.

DISCURSO
DO CDA. A. NETO
NA CIDADELA
21 DE MAIO

Durante a reunião de Militantes do MPLA de Luanda realizada no dia 21/5/77 na Cidadela, o Camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da RPA proferiu, de improviso, o seguinte discurso:

Camaradas militantes:

Camaradas, membros da Comissão Directiva de Luanda:

Camaradas, membros dos Comités de Acção;

Camaradas, membros dos Grupos de Acção:

Cheguei um pouco atrasado porque o Comité Central esteve reunido durante estes dois últimos dias para resolver alguns problemas relacionados com o fraccionismo. Hoje chegamos à conclusão.

O fraccionismo foi condenado pelo Comité Central e dois camaradas membros do Comité Central foram afastados do Comité. São o cda. Nito Alves e o cda. José Van-Dúnem.

E se durante estes tempos, que vão anteceder ao Congresso, outros camaradas ou indivíduos se revelarem fraccionistas, também serão afastados do Movimento.

Camaradas: Esta é razão porque eu cheguei atrasado a esta reunião, em que eu vejo muitos militantes ansiosos por ouvir uma explicação sobre a situação no País. E a explicação que devia ter sido dada, há já muito tempo, há alguns meses, é esta: é que nós temos estado a viver uma situação de divisionismo no País. Temos estado a ser divididos, como o Povo Angolano, por forças externas, por forças que não estão enraizadas em Angola.

Temos estado a ser divididos. E eu tenho repetido isto várias vezes, em todas as ocasiões em que tenho a oportunidade de me dirigir aos camaradas militantes e ao Povo.

Nós devemos conservar a unidade nacional. Sem unidade não há Reconstrução Nacional. Sem unidade não há harmonia. E esta unidade sob a condução, sob a orientação da Classe Operária.

A Classe Operária dirige. Mas não pode, de maneira nenhuma, isolar-se de tal maneira que deixe todo o resto da população, das outras classes sem condução, combatendo as outras classes. Isso não pode ser. Há pequeno-burgueses, há intelectuais, que, enfim, vamos fazer-lhe a honra, lêem muitos livros, lêem muito e quando lêem um livro, à noite, no dia seguinte pensam que já podem falar da mesma maneira que o autor do livro: e há uma certa confusão de ideias. A Revolução não é isso, a Revolução é nós apercebermo-nos, nós mesmos aqui em Angola, qual é o problema fundamental que estamos a defrontar neste momento, o que é melhor para o Povo, o que é melhor para a Classe Operária, como é que vamos defender o Povo, como é que vamos defender a Classe Operária para que ela seja dirigente do processo revolucionário no nosso País.

Alguns camaradas pensam que é preciso, antes de mais nada, fazermos um combate entre nós mesmos.

Por enquanto não se fala muito nos camponeses que são o elemento essencial para a realização da ideia proletária em Angola. Não se fala muito neles. Os camponeses são um pouco esquecidos. Mas os camponeses são um elemento essencial para o desenvolvimento do nosso País. Não podemos desenvolver o nosso País sem o campesinato. Não haverá Revolução Socialista sem o campesinato. Não haverá ninguém que tenha comodidade, aqui neste País, sem o campesinato. Mas esquece-se.

Fala-se da Classe Operária. Porquê? É dos livros ...

Nós, no Comité Central, temos estado a pensar se, de facto, esta via é uma via correcta. Não são as pessoas. São as ideias.

São as ideias. Quais as ideias que comandam o MPLA? Dentro de pouco, não sei se este ano — eu agora já ponho interrogações — não sei se será este ano, ou no ano que vem, vamos realizar o Congresso.

Não haverá no Partido tantos militantes como estão aqui. Não é possível. Para se ser membro do Partido é preciso reunir um certo número de características. Aqui devem estar algumas centenas de católicos. Não podem ser do Partido. Devem estar algumas centenas de protestantes. Não podem ser do Partido. Eu, que não sou católico nem protestante, serei do Partido.

Mas quantos mais, quantos mais membros do MPLA, serão membros do Partido marxista-leninista? Quantos mais? E quando eu digo isto, quero dizer: então, vamos acabar com o MPLA ou vamos deixar o MPLA? Forma-se o Partido, sim. Mas, deixemos o MPLA. É a minha ideia, porque no MPLA está toda a gente. Todos aqueles que querem a independência, todos aqueles que querem lutar por uma Angola socialista, estão dentro do MPLA. Então fiquem dentro do

MPLA. Não vamos acabar com o MPLA. Forme-se o Partido. Talvez daqui há cinquenta anos já não haja mais igrejas em Angola. Mas, por enquanto, há igrejas. Por enquanto há religião. E, muitos de nós, até aqueles que dizem, «eu não sou religioso», às escondidas, nos domingos, — vão à igreja, vão confessar tudo ao padre, vão orar, vão rezar. Temos religião. Isto é um facto. Não podemos esconder. Há religião aqui em Angola. Não vamos estar a fingir que não há. Por isso é que eu penso, a maioria dos camaradas do Comité Central pensa, que nós vamos conservar o MPLA. Todos podem pertencer ao MPLA. E vão defender as suas ideias. Aqueles que querem continuar católicos, continuem católicos. Os protestantes, continuem protestantes. Só os «Jeovás» é que não. Porque há algumas religiões «jeovás», «tocoistas», que são contra o Estado angolano. Isso não pode ser. E os camaradas que são membros dos Comités de Acção, dos grupos de Acção do MPLA, acho que devem ter isto em consideração. Precisamos de não ser sectários. Não pensarmos que nós somos os únicos, os melhores. Somos os bons e todos os outros são maus. Não é assim. Nós temos que considerar que, entre nós, sim, defendemos determinadas ideias, defendemos o socialismo, defendemos as ideias correctas para o progresso do nosso Povo, mas não digamos que todos os outros têm ideias erradas. Não vamos combater, simplesmente, porque queremos combater. Vamos compreender os outros, compreender os outros. Isto é essencial.

Quando eu encontro alguém na rua, que não tem as mesmas ideias que eu, que raciocina de maneira diferente, eu tenho simplesmente que fazer com que ele compreenda aquilo que eu estou a sentir. Não vou andar à pancada com ele. Não vamos fazer uma guerra, aqui em Angola, porque há diferenças ideológicas, porque há diferenças políticas. Não, vamos discutir. E muitos camaradas, camaradas que se dizem revolucionários, mais revolucionários do que quaisquer outros, estão sempre a fazer menção ao debate ideo-

lógico. Ontem e hoje, na reunião do Comité Central — permito-me fazer uma inconfidência — perguntei: Mas aonde é que está o debate ideológico? Já fizemos algum comício, para fazer algum debate sobre a linha ideológica que nós devemos seguir? Não! Nas reuniões que nós fazemos, já fizemos algum debate ideológico? Não! Então, que espécie de debate ideológico é que nós queremos? Com quem? Quando estamos na presença de pessoas, não dizemos nada. Quando chegamos a casa escrevemos um panfleto a dizer: «é preciso debate ideológico»!

O que é que isto quer dizer? Quer dizer que o debate ideológico faz-se no quarto de dormir ...

Camaradas:

O momento que nós estamos a viver, aqui no País é grave. Estamos, num momento, em que é possível uma invasão, por forças estrangeiras, a partir do Zaire.

Quem é aqui em Luanda, está preparado para pegar na arma e marchar para a frente de batalha, para combater os zairenses, que podem penetrar no nosso País?

Estamos a falar, a falar, a falar, a falar, mas quem é que vai pegar na arma para defender a nossa Angola? Muitos vão pegar. Se eu perguntasse, aqui, todos levantam o braço. Mas ... e o resto da população? Iríamos todos?

Camaradas:

Estamos num momento grave, no que respeita à situação interna. Os camaradas sabem muito bem. O problema do abastecimento é um problema grave. Não há nem mandioca, nem batata, nem ginguba, nem óleo de palma. Não há nada no mercado. Nem peixe. Há peixe-espada ... Parece que, ainda, há peixe espada ...

Esta situação não agrada a ninguém. Nós passamos ali pelo «Jumbo» e vemos as longas bichas, a quantidade de gente que está ali para comprar coisas que não existem.

Bom, eu não vejo ninguém, aqui, sem uma camisa nem uma calça. Toda a gente tem, estão bem limpos, bem vestidos, bem apresentados ...

Mas será que o nosso Povo, todo de Angola, estará assim? Não está.

Camaradas:

Nós condenamos hoje o fraccionismo dentro do Movimento. Isto quer dizer que aqueles que não seguem as regras do centralismo democrático, dentro da organização, não podem pertencer aos organismos de direcção do MPLA.

Com esta condenação, nós condenamos o facto de ter existido, um secretariado de organização que não obedecia às regras de organização do MPLA, mas que funcionava por conta própria.

Com esta decisão, nós condenamos todos aqueles que, nas fábricas, nas empresas agrícolas, dizem que são membros do MPLA, mas que não o querem declarar porque ainda é necessário manter a clandestinidade. Esses não são nossos militantes. Não são militantes do MPLA. São militantes duma outra coisa qualquer: Podem-lhe chamar o que quiser, mas não são militantes do MPLA. Quem é militante do MPLA deve declarar-se junto dos organismos, dos departamentos do MPLA. E é ali que ele é reconhecido. É ali que ele é inscrito. É ali que ele funciona, através das directrizes que vêm dos Departamentos do MPLA.

Os clandestinos não são membros do MPLA. Poderão ser membros saudosistas da «Fnla». Poderão ser membros saudosistas da «Unita». Poderão ser

elementos que pensam ter a vocação histórica para fazer a Revolução completa, em Angola, mas não são membros do MPLA. Assim nós o pensamos. E assim nós decidimos hoje.

Alguns camaradas dizem que nós somos contra a União Soviética, que nós somos anti-soviéticos, que eu sou anti-soviético. Queria dizer, aqui, aos camaradas militantes que lêem os panfletos, que têm saído aí — e nos últimos dias parece que há mais papel aqui na praça, saem muitos papéis, quero dizer aos camaradas que nós temos uma longa história de luta, uma longa história de luta. Eu vou dizê-lo aqui publicamente: não há nenhum militante mais fiel à causa socialista que os membros tradicionais da direcção do MPLA. E não é por uma questão sentimental. Não é por sentimento. Não é por questões subjectivas. Nós sabemos o que é a União Soviética. Sabemos.

Quando nós começamos aqui a luta armada organizada, não o 4 de Fevereiro de 1961 que ainda foi um início um pouco desorganizado, mas quando começamos a luta armada organizada, a União Soviética esteve do nosso lado. Ajudou-nos e todos os outros países socialistas.

Tivemos uma ajuda preciosa e impressionante, da União Soviética. armas, munições, alimentação, fardas, botas, medicamentos.

A nossa guerrilha foi alimentada não somente pela União Soviética, mas também por outros países socialistas. Mas, a contribuição da União Soviética foi grande. Nós não podemos esquecer isto, se nós obtivemos a independência foi porque tivemos o apoio de países como a União Soviética. Só se nós não tivéssemos nenhuma compreensão, nenhum sentido da marcha da História, é que seríamos anti-soviéticos. Não podemos ser anti-soviéticos porque, objectivamente, nós estamos com os camaradas soviéticos. Estamos com eles.

Fazem-nos muitas críticas do exterior, dizendo que Angola está submetida à orientação soviética, que a União Soviética é quem comanda em Angola. Isso é completamente mentira. E, pelo menos, enquanto a direcção política (do MPLA) estiver a dirigir este país, nós vamos, sempre, defender a nossa independência e o nosso não-alinhamento.

Camaradas:

Se amanhã, o camarada embaixador da União Soviética vier pôr-me qualquer problema difícil, a primeira questão que eu lhe vou pôr é que aguarda algumas horas e, como habitualmente, vou primeiramente reunir o Bureau Político, para discutir se devemos ou não devemos aceitar as propostas que nos são feitas.

Nós é que decidimos. Esse é o princípio fundamental da nossa Independência. Nós não aceitamos o comando de quem quer que seja. Nós é que mandámos aqui, neste País. Nós não somos comandados por ninguém.

Temos aqui milhares de camaradas cubanos, que nos dão a sua ajuda, em vários domínios. Mas se um imperialista qualquer ou algum agitador, algum especulador, algum provocador, me vier dizer que eu sou comandado pelos cubanos, respondo imediatamente que não!

Aqui, quem manda, é o Bureau Político do MPLA. Sou eu, Presidente da República e do MPLA. É o Comité Central do MPLA!

Portanto, camaradas, eu quero significar com estas palavras é que há tantas calúnias, que se espalham, dentro e fora, contra Angola, que de vez em quando nós temos que elevar a nossa voz para defender este Povo, que conquistou a sua Independência, com tanto sacrifício durante catorze anos.

Agora, põe-se o problema: quem é que é militante? Quem é que não é militante? Quem é que é do «25 de Abril»? Quem é que não é do «25 de Abril»?

Para alguns camaradas, isso tem muita importância. Para alguns camaradas tem muita importância saber se começou há anos ou se começou depois; se combateu aqui ou se combateu acolá.

Para mim, não tem muita importância. Para mim, o que é importante é ser-se militante hoje.

Hoje é que é necessário ser-se militante. Não é ontem. Porque muitos dos nossos camaradas dizem: «eu fui um preso político, estive em S. Nicolau, estive na Cadeia de S. Paulo, etc.». A gente pergunta, depois, e qual foi o seu comportamento, meteu os outros, da sua célula, na cadeia ou não?».

O que é necessário é que agora, agora, diante das tarefas actuais, nós sejamos militantes. E o que é ser-se militante, hoje?

Ser militante, hoje, significa, no parecer do Comité Central, contribuir de uma maneira válida para a reconstrução do nosso País, contribuir na agricultura. (Estou a ver, todos estes camaradas, fossem fazer lavras, ali no Golfe, que seria o Golfe? Não têm tempo todos? São burocratas ... Se tivéssemos autocarros, esta noite mesmo, íamos todos, os que estão aqui, num autocarro, para fazer lavras, plantar mandioca, ali no Golfe. Havíamos de ver quem é revolucionário. E quem não é).

Ser revolucionário, hoje, é contribuir para a Reconstrução Nacional, é contribuir para a Defesa Nacional. Não é mais do que isso. Dizer palavras, é fácil. Fazer aquilo que as palavras significam é um pouco mais difícil. Estou a falar, assim, porque estou diante dos militantes de Luanda.

Temos este aspecto fundamental que é a defesa do País. Outro dia, os camaradas da DISA fizeram buscas em dois bairros. Houve protestos. Protestos bastante violentos. Porquê? Já tinham sido feitas outras buscas e já tinham sido apanhadas armas em outros bairros. E, houve pedidos para se recuperarem as armas que estavam nos bairros, que são um perigo. Foram encontradas armas (poucas), munições, foram encontrados estupefacientes, diamba, foi encontrado dinheiro estrangeiro, dólares, foram encontradas outras mercadorias que não deveriam estar em casas particulares. A partir daí começou-se a fazer um movimento de agitação contra a DISA, dizendo que a DISA é como a Pide, como o «Poeira», que a DISA maltratava, que a DISA fazia e que desfazia. Seria isso verdade? Não! Não é verdade. Até disseram que a DISA tinha roubado jóias de senhoras que, coitadinhas, estavam em casa e, a certa altura, ficaram sem as suas pulseiras de ouro, os seus colares de ouro etc. ... Fez-se a investigação. Havia uma, uma camarada, uma, em todo o Sambizanga, que disse: «Bom eu não sei se foram as FAPLA, que levaram o meu colar, o meu colar de ouro, que custa agora 16.000 kwanzas, desapareceu: Mas só dei, por isso, um dia depois». Quer dizer, não tem prova nenhuma, não pode afirmar absolutamente nada. E, no entanto, os panfletos que circulam por aí, dizem que foi a DISA porque, agora, é moda atacar a DISA. Se eu estiver em casa, aborrecido com a minha mulher ataco a DISA ...

É assim, camaradas, não é de outra maneira qualquer porque qual é o Estado, neste mundo, que vive sem polícia? Onde é que existe esse Estado que vive sem polícia? Claro que os nossos jovens, os nossos rapazes que estão a fazer a DISA ainda são inexperientes, ainda não conhecem bem todas as regras, as tácticas, as técnicas. Temos que desculpá-los, por isso, como eu também tenho de ser desculpado, porque não sou um político exemplar.

Mas atacar a DISA, porque ela é uma instituição do Estado Popular da República Popular de Angola, isso não é justo. Isso quer dizer que são os bandidos, são os bandidos que querem estar livres, para puderem fazer aquilo que querem dentro do nosso País.

A DISA tem de existir. Vai continuar a existir. E vamos fazer mais buscas nos bairros, para ver se já puseram lá as armas que esconderam da outra vez. É claro, não se encontraram muitas armas. Mas estavam lá. Nós sabemos que estavam lá as armas. Esconderam. Quando souberem que estamos um pouco menos vigilantes, vão pôr as armas lá nos seus armários. E então, a gente vai apanhar. É só assim que se combate a falsa facção progressista. É só assim que se combate a reacção.

A partir daí (e utilizando os argumentos que eu expus no início desta intervenção), começou-se um combate contra o Comité Central e sobretudo contra alguns membros do Comité Central. Esse combate não é justo. Quando há camaradas que combatem o camarada Lúcio Lara, isso não é justo.

O camarada Lúcio Lara esteve no Movimento desde a fundação desta organização que é o MPLA. Participou nos actos principais da nossa vida organizativa. Durante a guerra, esteve numa região de guerra, no Moxico. Muitos daqueles que falam, hoje, nunca estiveram numa região de guerra. O camarada Lúcio Lara esteve numa região de guerra, ali combateu. Esteve como encarregado dos Serviços de Educação da província do Moxico, durante a guerra. É preciso não ignorarmos os factos. Esteve em Cabinda, durante a guerra. Estivemos ali juntos quando fizemos as Assembleias Regionais, quer da I e II Regiões, como da III Região, dentro de Angola, em condições de guerra. O camarada Lúcio Lara estava lá. E muitos daqueles que falam, hoje, não estavam lá. Estavam à espera ...

O camarada Iko Carreira, foi sempre um dos nossos melhores comandantes (um pouco preguiçoso ..., mas enfim, vamos desculpar-lhe essa preguiça). O camarada Iko Carreira, durante muito tempo, não sei quantos meses foi o comandante das nossas tropas do Luso, quando ainda estávamos a fazer a guerrilha. Esteve lá, bombardeamentos, tiros, ataques, emboscadas. Ele esteve lá. Como é que hoje vamos dizer, ao camarada Iko Carreira, «vá-se embora porque já não é preciso». Não pode ser! E alguns camaradas que o atacam não o conhecem bem. Não o conhecem.

O camarada Dilolwa que também é muito atacado nos últimos tempos. Eu não sei se temos, algum economista em Angola, que seja melhor do que o camarada Dilolwa. Não sei. Pelo menos não conheço. E o camarada Dilolwa esteve no Moxico, na parte norte do Moxico, durante meses, como responsável pela Educação. Ele fez ali as cartilhas, na mata. Fez as suas aulas, na mata. Não é dos camaradas fisicamente mais dotado. Não é. Tem deficiências físicas. Mas esteve lá. E quando eu lá fui visitá-lo, tive de andar três dias, a pé, para poder chegar à base. Como é que nós vamos desprezar este camarada. É um camarada fiel, responsável, inteligente, conhecedor das coisas.

Quando ainda estávamos a fazer a guerra, no Leste, o camarada Ludy esteve na Lunda. Era um responsável na Lunda, membro do Comité Director (naquela altura Comité Director). E fez a guerra na Lunda. É um camarada que deu todo o seu trabalho. E sabem quantos dias era necessário marchar para ir desde a fronteira oriental, a fronteira com a Zâmbia, até à Lunda? Dezanove dias! Este camarada esteve lá. E, agora ataca-se o camarada Ludy. Não pode ser! Não pode ser camaradas. Estes são valores históricos que nós temos da nossa revolução, que devem permanecer connosco, que devem continuar a contribuir para a Revolução. Poderíamos citar, aqui muitos nomes, de

homens e mulheres, que deram a sua contribuição para a Revolução, durante a luta contra o colonialismo. Não o farei porque senão seria muito longo.

Acho, portanto, camaradas, que é preciso ter uma certa prudência quando falamos. Precisamos de saber como é que as coisas se passaram; quem é que fala, porque é que fala. E vamos dar um combate sério ao fraccionismo. Não pode haver facções dentro do MPLA! Ou se é do MPLA, ou não se é do MPLA. Quem não está de acordo, sai!

Esta é uma ditadura e se for necessário tomar medidas mais duras, nós vamos tomar medidas mais duras. Mas quem comanda, aqui, é o MPLA.

Bom, agora é hábito atacar a pequena-burguesia. A burguesia, muitas vezes, quer dizer mestiços e brancos. Quem é mestiço, é pequeno-burguês. Quem é branco, é pequeno-burguês. Os pretos, são todos proletários ... Eu digo isto, para combater esta ideia errada. É uma ideia errada. Não é nada disso. A ideia de classe não tem nada a ver com o problema da cor da pele. Não tem nada a ver com a cor da pele. Há operários brancos. Há operários mestiços. Há operários pretos. E, também, há os burgueses pretos. Há burgueses pretos, que mandam cada carro ... que a gente até fica admirada: «donde é que vem este carro tão bonito que nem o Presidente da República tem?

Não há nada, não há relação imediata e lógica entre a cor da pele e a condição de classe. Não há. O branco que se encontra em Angola, para alguns, é da Pide ... O mestiço é da OCA ... O preto é MPLA. Esta é uma posição extrema. Claro que há brancos que são mesmo reaccionários, pela sua mentalidade, porque sofreram um processo de educação diferente daquele que nós sofremos. Há mestiços que têm complexos de superioridade. Pensam que eles é que devem ocupar os lugares superiores aos dos pretos. E há pretos que têm

complexos de inferioridade. Pensam que devem ser sempre humildes, para poderem avançar na vida. Mas nós vamos combater tudo isso. Não vamos confundir as coisas, isso não é a Revolução.

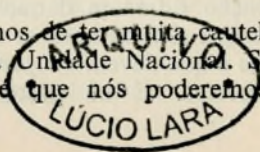
A Revolução é outra coisa. A Revolução significa que nós vamos transformar as condições materiais da existência de todos os angolanos, sejam eles quem forem. Significa que nós vamos colectivizar a produção, que nós vamos acabar com as diferenças de classe, que nós vamos acabar com a exploração do Homem pelo Homem. Isto é o Socialismo. E, a cada um, segundo o seu trabalho.

Agora se nós começarmos a dividir o Povo à base da cor da pele, estaremos a fazer um mau trabalho. Alguns contra-revolucionários e ultra-revolucionários — porque estão, agora, todos juntos; os «contra» e os «ultra» estão juntos podemos dizer os ultra-contra-revolucionários; estão todos juntos pensam que devem combater o MPLA e pensam que este camarada que vos fala aqui não pode defender a Classe Operária Angolana, porque a sua mulher é branca, porque os seus filhos são mestiços. Alguns dizem, outros não dizem. Mas é isso, algumas vezes eu verifico.

Ninguém melhor do que eu está em posição de defender todos.

Estamos, perante um fenómeno, principalmente aqui em Luanda, onde existiram muitas «ilhas revolucionárias», ilhotas. Existiram os Cacs, existiram os Hendas, existiram os Ocas, existiram outros que não se sabe bem como é que se chamam e agora cada um quer ter a supremacia. Bom, alguns já foram afastados, outros ainda não foram afastados.

Precisamos de ter muita cautela, camaradas. Vamos defender a Unidade Nacional. Só dentro da Unidade Nacional é que nós poderemos reconstruir o País.



Só com a Unidade Nacional é que nós poderemos defender este País. Só dentro da Unidade Nacional é que nós poderemos fazer com que o Povo, de facto, compreenda como é que é a Revolução e como é que devemos proceder dentro da Revolução. Doutra maneira será extremamente difícil.

Poderemos demitir todos os ministros. Dizer «todos os ministros saiam, venham outros». E vão fazer melhor? Nas condições actuais, vão fazer melhor? Eu não acredito, até porque será uma equipa que não terá experiência.

Poderemos acabar com o MPLA. Faça-se um outro Movimento. Esse Movimento vai proceder melhor do que o MPLA? Não acredito, porque não tem experiência, não tem história. O MPLA tem história. Tem uma história gloriosa, triunfante.

Bom eu comecei por dizer aos camaradas que me desculpassem por ter vindo um pouco atrasado. Foi por causa da reunião do Comité Central, em que nós tomamos certas decisões que os camaradas aplaudiram.

Agora eu só peço a todos os militantes do MPLA, a todos os activistas, a todos os membros dos Comités, dos Grupos de Acção que façam um combate verdadeiro e real, um combate sério, contra todos os fraccionistas que encontrarem pelo seu caminho.

Vou repetir: Peço aos camaradas, activistas do Movimento, membros dos Comités e Grupos de Acção que, de acordo com as decisões tomadas hoje pelo Comité Central: que façam um combate verdadeiro e sério contra todos os fraccionistas que encontrarem no seu caminho.

Muito obrigado.

RESOLUÇÃO
DO C. C. DO MPLA
SOBRE O
FRACCIONISMO
21 DE MAIO

O Comité Central do MPLA reuniu-se de 20 a 21 de Maio de 1977 na cidade de Luanda, para analisar problemas decorrentes de actividades fraccionistas.

Depois de ouvido o Relatório da Comissão de Inquérito nomeada para o efeito pelo III Plenário do Comité Central e tendo-se debruçado profundamente sobre a problemática do fraccionismo e seus reflexos no seio do MPLA e do Povo, constatou:

- a) A existência, de facto, do fraccionismo.
- b) Que este fraccionismo apresentando-se com uma capa aparentemente revolucionária visa realmente dividir o MPLA e desviar consequentemente o Povo dos verdadeiros objectivos da etapa actual da luta: A Reconstrução Nacional e a Defesa da integridade territorial do País, contra o imperialismo.
- c) A difusão de ideias erradas no seio dos militantes e do Povo e a fomentação de actividades agitadoras contra membros do Comité Central, organismos do Estado e do MPLA, tais como a DISA e o Bureau Político com o objectivo de abalar a coesão do MPLA e a unidade da Nação.
- d) Que esta actividade fraccionista é dirigida pelos camaradas ALVES BERNARDO BAPTISTA (NITO ALVES) e JOSÉ JACINTO DA SILVA VIEIRA DIAS VAN-DÚNEM (ZÉ VAN-DÚNEM) e outros.

Após longo debate com base nos princípios estatutários do MPLA em que não se verificou da parte dos camaradas acusados a aceitação da auto-crítica o Comité Central decidiu:

Afastar das suas funções de membros do Comité Central os camaradas ALVES BERNARDO BAPTISTA (NITO ALVES) e JOSÉ JACINTO DA SILVA VIEIRA DIAS VAN-DÚNEM (ZÉ VAN-DÚNEM).

Luanda, 21 de Maio de 1977.

O Comité Central do MPLA

1.^a COMUNICAÇÃO
AO PAÍS
DO CDA. PRESIDENTE
27 MAIO 77

Às 15 horas, o Camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA, da República Popular de Angola e Comandante-em-Chefe das FAPLA, fez a seguinte comunicação ao País:

Queria hoje afirmar, mais uma vez, a nossa disposição, a disposição do Comité Central do MPLA, do Bureau Político, de continuar na via revolucionária, de fazer com que o Povo angolano siga o caminho para o socialismo. Esse caminho é difícil. É o caminho que, não somente apresenta certas dificuldades, mas que oferece também algumas incompreensões, por parte de elementos do nosso Povo. Quando se fala de socialismo, que é que nós devemos entender?

Temos uma série de países capitalistas, países ocidentais, que estarão contra nós. Países que estão contra nós e que não querem, portanto, que nós sigamos esta via. Temos países amigos, e embora amigos, são países que não compreendem bem a nossa opção. Isso chama o ódio de alguns países, de alguns responsáveis africanos, de alguns elementos, no nosso mundo actual, que não estão de acordo. Mas nós estamos dispostos a seguir esta via.

Nos últimos dois dias, nós debatemos aqui em Angola, alguns problemas, que dizem respeito à nossa vida nacional. Problemas que dizem respeito ao Povo

angolano, problemas que dizem respeito ao MPLA e a nossa organização política. Alguns camaradas desnortearam-se. Pensaram que a nossa opção seria dirigida contra eles, que a nossa opção seria contra os seus próprios interesses individuais e de grupos. E portanto, começaram agitar-se.

E assim, hoje houve uma certa perturbação, da parte da manhã, aqui no nosso país, e, concretamente, na nossa cidade de Luanda que não corresponde, de maneira nenhuma, aos sentimentos gerais de todo o povo. Nós seguimos isto. Nós seguimos a agitação que se manifestou. Alguns camaradas ficaram apreensivos, alguns camaradas não compreenderam bem o que se passava. Mas eu queria dizer a todos os compatriotas, e aos camaradas, que é necessário não perder a nossa calma quando estamos diante de tais factos. Porque é necessário nós defendermos esta Revolução.

A Revolução tem de ser defendida pelo Povo angolano. E se não é defendida nós vamos perder. Esta Revolução que é defendida pelo Povo angolano naturalmente tem de resultar em benefício para o Povo angolano, e não para outro qualquer.

E essa manhã o que se pretendeu, o que foi? Pretendeu-se foi demonstrar que já não há revolução em Angola, que já não há revolução porque os fraccionistas tinham sido expulsos do Movimento ou tinham sido afastados do Comité Central, como o José Van-Dúnem e Nito Alves. Será assim? Eu acho que não. Nós não podemos pura e simplesmente limitar a actividade do Movimento, a actividade do Comité Central a pessoas cuja actividade está, evidentemente, contra a organização, contra a sua linha unitária.

Eles foram expulsos e, na minha opinião, foram muito bem expulsos do Comité Central. E, terão de fazer um grande trabalho de reabilitação para poderem regressar às fileiras do Movimento como dirigentes.

Eu penso, por outro lado, que tudo aquilo que aconteceu hoje, e que poderá repetir-se amanhã, ou depois, é um facto terrível. É terrível porque nós perdemos vidas. Há homens que morreram hoje, há homens e mulheres que ficaram feridos. Quem é responsável? Desde sempre nós denunciámos a questão do fraccionismo. Porque razão não discutir dentro dos organismos do Movimento os problemas que afectavam este ou aquele sector, que afectavam esta ou aquela pessoa? Na prática é assim que nós devemos proceder. Devemos discutir dentro da organização. Mas não foi essa a prática que alguns camaradas pretenderam seguir. E portanto; nós hoje confrontamo-nos com esta situação: vamos permitir ou não o fraccionismo?

Ontem o Bureau Político fez uma declaração esclarecedora acerca do fraccionismo, e acho que isto é suficiente, não é necessário dizer mais nada. Mas acho também que é necessário que o nosso Povo esteja vigilante, que não permita uma actividade qualquer contra o MPLA, contra a direcção do MPLA, contra o Governo, contra todos os organismos do Estado, sem que haja um consenso sobre a própria organização, na direcção do País.

E eu penso que os factos que ocorreram hoje e que fizeram perder vidas farão com que nós tomemos medidas, talvez não muito agradáveis, em relação a determinados indivíduos, que pensam deter, nas suas mãos, toda a verdade sobre a política do nosso País.

Eu penso que o nosso Povo vai compreender porque razão nós agiremos com uma certa dureza, porque razão nós agiremos de maneira drástica, em relação a indivíduos que agiram hoje com má fé, que agiram hoje de maneira a perturbar até a calma na nossa capital, dando portanto ocasião para que o imperialismo possa, novamente, atacar o nosso Movimento, o nosso Povo e o nosso País.

Camaradas, era isso que eu queria dizer. E espero que as medidas que serão tomadas pelo Comité Central, em relação àqueles que perturbaram a paz no nosso País, em relação àqueles que quiseram liquidar o nosso Movimento, àqueles que pegaram em armas para destruir o MPLA, sejam bem compreendidas.

2.^a COMUNICAÇÃO
AO PAÍS
DO CDA. PRESIDENTE
27 MAIO 77

O Camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola voltou a falar ao País ao fim da tarde.

Através da Rádio Nacional e da Televisão, dirigindo-se ao Povo, afirmou:

Não haveria grandes motivos para uma nova comunicação ao País, depois daquela que eu fiz, há alguns dias, se na cidade de Luanda não vivéssemos alguns dias, se na cidade de Luanda não vivéssemos alguns acontecimentos que consideramos graves.

Esses acontecimentos são graves, porque provocaram a perda de vidas humanas. Quer dizer que os fraccionistas, que nós condenamos há pouco tempo, não hesitaram em matar os nossos camaradas, em matar nossos compatriotas, para puderem ter o caminho livre.

Esta é uma situação que nos obriga, evidentemente, a tomar determinadas posições; que nos obriga a reflectir sobre o que é este fraccionismo. Confirma-se desta maneira, embora seja uma maneira bastante dolorosa, que existe o fraccionismo. Que quando nós dizíamos que havia organizações paralelas no País, dentro do MPLA, nós tínhamos razão. Essas organizações vêm-se agora, estão claras, estão presentes. E confirma-se, também, a violência que caracteriza a sua actuação, o racismo, o tribalismo, o regionalismo, que caracterizam todas as organizações reaccionárias.

Temos, agora, todas as provas. E lamento que nós, só neste momento, possamos dar provas factuais da existência dessa corrente, que actuou sempre contra o nosso Movimento e, principalmente, contra alguns dirigentes do nosso Movimento.

Alguns dos nossos camaradas, até esta hora, ainda não foram encontrados. Não sabemos se estão mortos, se estão vivos. São camaradas que deram toda uma vida para a independência do nosso País, que deram toda uma vida para a liberdade do Povo de Angola. Neste momento, não sabemos bem onde estão, porque foram raptados, foram levados para lugares que nós ainda não conhecemos bem. Eles serão encontrados. Os seus corpos serão encontrados se estiverem mortos. Eles serão encontrados, se estiverem vivos.

Mas, o que é certo é que tudo isto provoca uma divisão do Povo. Era isto, exactamente, o que nós atacávamos, era isso que nós combatíamos, que sempre combatemos. É que a divisão provoca a violência e a violência conduz a estas situações, que não ajudam ao socialismo no nosso País.

É claro que, como defensores intransigentes do nosso Povo, desta nossa Pátria angolana, nós teremos de agir com clareza e com aquela firmeza que caracteriza o MPLA.

Hoje, todos eles, os fraccionistas, aqueles que dirigem o fraccionismo fugiram da capital, estão escondidos. Amanhã serão encontrados. Eles serão encontrados e, depois, haverá os julgamentos, haverá o veredicto do Movimento, haverá, portanto, a justiça.

Neste momento — em que nós estamos a combater contra forças que nos atacam do exterior — é muito estranho que os esquerdistas, os ultra-revolucionários venham combater-nos a nós também. É muito estranho ...

Que espécie de aliança há? Que espécie de combinações existem? É muito difícil ver, neste momento, quais são as ligações que existem, de facto, entre essa gente. Mas dentro de dois, três meses, nós conheceremos tudo.

Espero que o nosso Povo, o Povo angolano, espero que principalmente, a população de Luanda, não confunda esta situação com a luta de libertação nacional que fizemos, durante longo tempo, contra o colonialismo português.

Esta situação é provocada por ambiciosos, por nossos compatriotas que não quiseram compreender a linha de orientação nacional, a orientação que nós estamos a seguir, que conduz, seguramente, à Unidade Nacional.

Espero, por outro lado, que aqueles que se encontram enganados, diante dos assassinatos que foram feitos hoje diante dos crimes que foram praticados, reflitam acerca do futuro do nosso País.

Aproveitou-se de tudo, do abastecimento, da falta de transportes, enfim de muitas outras coisas e, finalmente, era para defender duas ou três figuras que hoje não são senão defensores da reacção. Porque ninguém me pode vir dizer que esses camaradas, ou ex-camaradas, estão a defender a Revolução. Estão sim a defender a contra-revolução. Estão a defender a reacção.

Espero camaradas, que esta noite nós possamos descobrir muitas outras coisas e, no momento oportuno, alguém da Direcção do nosso País, ou do nosso Movimento, fará a comunicação pública sobre aquilo que descobrimos.

E quero também dizer, mais uma vez, que não haverá para aqueles que se introduziram numa luta contra o MPLA qualquer espécie de contemplação,

qualquer espécie de perdão. Nós falámos da tolerância aqui há meses. Mas essa tolerância não foi interpretada no seu devido sentido e, agora, não há mais essa oportunidade. Não há mais tolerância. Nós vamos proceder duma maneira firme e dura.

3.^a COMUNICAÇÃO
AO PAÍS
DO CDA. PRESIDENTE
28 MAIO 77

«Compatriotas e Camaradas:

Hoje, cumpre-me um doloroso dever de comunicar ao País, comunicar ao Povo Angolano, que os camaradas Dangereux, Comandante Paulo Silva Mungingo, membro do Comité Central do MPLA, do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução; o Comandante Eugénio Veríssimo da Costa (Nzaji), membro do Comité Central do MPLA, do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução; o Major Saydi Vieira Dias Mingas, membro do Comité Central do MPLA, Ministro das Finanças da República Popular de Angola e membro do Conselho da Revolução; o Comandante Eurico Manuel Correia Gonçalves, membro do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução; o Comandante José Manuel Paiva (Bula), membro do Estado Maior-Geral das FAPLA e do Conselho da Revolução; e Hélder Ferreira Neto, membro da DISA, foram assassinados ontem.

Como nós prevíamos, haveria que verificar o destino, dado pelos contra-revolucionários, aos camaradas que desapareceram.

Há algumas dúvidas sobre o desaparecimento de outros: António Garcia Neto, director dos Assuntos Económicos do Ministério das Relações Exteriores, e outros camaradas, entre os quais Pioneiros.

Diante destes factos, diante de crimes que foram perpetrados friamente (tendo os camaradas sido mortos, provavelmente, a tiro e depois queimados, os seus corpos foram encontrados carbonizados em viaturas) diante de crimes que nos lembram o fascismo, que nos lembram os crimes da acção da Fnla, aqui em Angola, nós não podemos deixar de fazer algumas considerações. E é, só no sentido de dizer que, em primeiro lugar, os esquerdistas, os radicalistas, os ultra-revolucionários, utilizam quase sempre os mesmos métodos que os reaccionários. Não há diferença. E, nós estamos convencidos que a única maneira de combater esta onda que apareceu em Luanda, é fazer com que, esses indivíduos que hoje desapareceram e, certamente estão aqui em Luanda, sejam encontrados e sejam depois, entregues à justiça.

Alguns daqueles que participaram neste crime já estão presos. Dentro de pouco tempo, nós diremos qual será o destino que será reservado à esses indivíduos. Certamente, não vamos perder muito tempo, com julgamentos. Nós vamos ditar uma sentença. Não vamos utilizar o processo habitual, que não seria justo, quando de uma maneira tão evidentemente fascista, elementos se comportam, aqui, como defensores da Revolução. Não pode ser. Seremos o mais breve possível, para pudermos resolver esses problemas e, vamos tomar decisões segundo a Lei Revolucionária.

Eles foram à Cadeia de S. Paulo e quiseram libertar os mercenários que estavam lá. Quer dizer, se os mercenários quisessem, saíam da cadeia, pela pressão das armas, pela pressão, enfim, de toda a gritaria, de toda a acção psicológica, que se fez. Se eles quisessem, os mercenários, saíam da cadeia. Sairam da cadeia, indivíduos que praticaram crimes. Sairam da cadeia indivíduos que são acusados de terem praticado delitos comuns.

É claro, tudo isso não pode deixar de influenciar o comportamento da Direcção, da Direcção do País, da Direcção do MPLA e da acção do Estado Angolano.

Como desde ontem tenho estado a dizer, nós seremos, infelizmente, bastante duros. Tanto mais que essa situação começa a ser explorada pelos nossos inimigos. No plano internacional, começa a ser falada em instabilidade em Angola, de uma certa agitação, embora tudo seja mal traduzido. Não há uma clareza na informação, o que é normal. Começa-se a falar das nossas relações, entre Angola, União Soviética, Cuba, problemas que não estão em causa, neste momento. Não há alteração nenhuma na linha política. Não há alteração nenhuma nas nossas relações.

Mas o que é facto, é que, elementos da «Fnla», elementos da «Flec», elementos da «Unita», e se os mercenários quisessem, também, teriam sido soltos das cadeias. Criminosos saíram das cadeias. E dizem, com isto que estão a libertar os patriotas «consequentes» ...

Não haja nenhuma ilusão para aqueles que ainda estão nessa posição. As posições do MPLA, são bem claras. A linha de orientação é bem clara: nós sabemos bem onde vamos e com quem vamos.

Nós estamos plenamente convencidos de que, esses elementos, que praticaram os crimes, não se afastaram muito. Estão aqui em Luanda. E se não estão em Luanda estão perto de Luanda. Portanto, é necessário que a população de Luanda faça todo um esforço para detectar onde é que eles estão, para depois pagarem pelos seus crimes. Estarão nalguns bairros bem conhecidos.

Toda essa agitação começou no Sambizanga. É possível que haja ramificações para algumas províncias, mas não para todas. Portanto, o nosso Povo deve

contribuir, com a sua vigilância, para encontrar os responsáveis pelos crimes que foram praticados. É preciso encontrar imediatamente o mais brevemente possível, Nito Alves e José Van-Dúnem. É preciso que aqueles que assassinaram dirigentes do MPLA paguem pelos seus crimes. E, estou absolutamente certo que o nosso Povo vai contribuir para encontrar a solução justa para este problema.

Nós vamos, evidentemente, detectar, pelos vários serviços, pelos vários organismos do Estado, do Movimento, organismos privados, elementos que contribuíram para esta situação. Hão-de se encontrar. Vamos encontrar nas FAPLA. Vamos encontrar no CPPA. Vamos encontrar na DISA. Vamos encontrar, em todos os organismos, elementos que não compreenderam o verdadeiro sentido da Revolução em Angola. Todos eles pagarão. Todos eles pagarão pelos seus crimes.

Não pudemos deixar que elementos que querem destruir o Estado Popular de Angola fiquem livres. E dizendo isto, talvez amanhã haja alguns elementos que vão correr, para as matas, para se esconder. Mas não ficarão lá muito tempo. Nós vamos encontrá-los.

Lamento a morte de camaradas que deram a sua contribuição para a independência de Angola, que combateram na Segunda Região, na Primeira Região, na Terceira, na Quarta, na Quinta Região e que hoje desapareceram duma maneira terrível. Foram queimados.

Como é que a Revolução se pode conciliar com esta violência, com esta falta de humanidade? Como?

Somos de facto revolucionários todos, ou estamos a contribuir para que a reacção esteja aqui dentro do nosso País?

Por isso, camaradas, hoje, eu apenas, nesta comunicação, queria dizer, que, me sinto bastante triste. Sinto-me triste por causa do desaparecimento dos camaradas que foram assassinados. Por outro lado, também me sinto revoltado, e certamente, este crime será pago por aqueles que o praticaram.

Muito obrigado, camaradas».

4.^a COMUNICAÇÃO
AO PAÍS
DO CDA. PRESIDENTE
30 MAIO 77

O Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, Camarada Agostinho Neto, fez ontem ao fim da tarde uma comunicação ao País.

Dirigindo-se a todo o Povo Angolano, de Cabinda ao Cunene, através dos órgãos de informação nacional, o Camarada Presidente Agostinho Neto afirmou de improviso:

Compatriotas.

Camaradas.

Cada vez se vão esclarecendo mais as ligações políticas e militares, de Nito Alves e José Van-Dúnem, para a realização dum golpe de estado na República Popular de Angola.

Não posso, neste momento, apresentar o relatório completo daquilo que a investigação já conseguiu obter. Isto será feito daqui há alguns dias. Não posso, ainda anunciar a prisão de todos aqueles que estavam implicados nesta intentona. Mas posso, no entanto, dizer que certos dirigentes do Movimento estavam claramente implicados para a realização dum golpe de estado na República Popular de Angola.

Neste momento, há centenas de presos, somente na cidade de Luanda, e há muitos outros nas províncias. E todos eles prestam declarações, todos eles informam.

Uma das coisas que nós dissemos, a uma certa altura, foi que o Comissário Político das FAPLA, Bakalof, estava ligado ao fraccionismo.

Eu creio que todo o nosso Povo se lembra da anulação, duma sua declaração, que já estava relacionada com esse golpe de estado. Bakalof está desaparecido. Evidentemente, como os outros todos, está na clandestinidade. E, também, Monstro Imortal, está detido, porque como nós já temos a certeza, ele participou em muitas actividades contra o Governo da República Popular de Angola. Vários elementos do Comissariado Político das FAPLA, também, foram detidos e, aqui em Luanda, eu posso dizer que ainda outros elementos serão, nos próximos dias, detidos, porque participaram activamente desta actividade fraccionista. Só não foram detidos, até agora, porque saíram dos seus locais habituais de residência.

Esses elementos fraccionistas tinham constituído uma direcção política. Tinham constituído um comando operacional, ao qual também pertenciam elementos do Destacamento Feminino, e tinham mobilizado, para a actividade política, alguns Comissários Provinciais. Nós exoneramos o Comissário Provincial de Luanda. O Comissário Provincial de Malanje está detido, neste momento. E estamos a investigar acerca doutros. Tinham alguns elementos na OMA, alguns elementos na JMPLA (que desapareceram), alguns elementos na UNTA e nas FAPLA.

Para os camaradas compreenderem bem o processo que se estava a tentar organizar, no nosso País, contra o regime socialista da República Popular de Angola, eu devo apenas dizer que as intrigas, as provocações foram alguns dos elementos que constituíam a tónica nos últimos dias. No entanto, devo dizer que, por

exemplo, na PM (Polícia Militar) em que o comandante se chamava Veloso, agora, foram encontrados cento e oitenta mil escudos, (180.000\$00), não kwanzas, escudos. Estavam nos cofres e que deviam servir para pagar salários aos camaradas das FAPLA, aos camaradas da Polícia Militar. A média dos salários, aos camaradas das FAPLA, é de três mil e quinhentos escudos, agora kwanzas. Não pagou. Deixou essa importância, que foi levantada do Banco, no cofre, para caluniar o Estado Maior e poder, portanto, fazer propaganda contra o mesmo Estado Maior-Geral das FAPLA. O que é certo é que nós temos esta importância conosco.

Tanto na sua forma de assassinatos, a crueldade com que trataram alguns camaradas dirigentes, como na sua essência, toda esta acção é reaccionária. Não tenhamos dúvidas sobre isto. Tudo isto é reaccionário.

Talvez a reacção, em Angola, tivesse aproveitado a ocasião para, também fazer o seu golpe. Foram aproveitadas as nossas dificuldades materiais, a questão dos abastecimentos. Mas, tudo mostra que, de facto, a atitude é reaccionária. E nós temos de combater essa reacção, que se apresenta, ou à direita ou à esquerda. E vamos fazê-lo. Quais eram os objectivos? Eram os de substituir todo o aparelho do Estado, substituir os camaradas que dirigem o País, neste momento, tanto no Estado, como no Movimento, e colocar aqueles que hoje estão em fuga.

Algumas comunicações, que vêm do estrangeiro, algumas rádios que fazem propaganda internacional falam duma participação cubana na repressão. Não há nenhuma participação cubana. Nós estamos, sim ligados à Cuba por acordos para a defesa desta Revolução. Ora, algumas rádios internacionais dizem que nós estamos, cada vez mais submetidos à União Soviética.

Eu creio que se se disser a algum cidadão, aqui em Luanda, que nós estamos cada vez mais submetidos à União Soviética, naturalmente que isso choca, porque os camaradas soviéticos nem sequer aparecem. Estão fora desta contenda.

Sim, os camaradas cubanos estão connosco. Nós sabemos, fielmente, directamente. E não há nenhuma clivagem entre angolanos e cubanos. Não há. Estamos ligados por laços que não podem ser destruídos. Mas é falso dizer-se que foi por causa da presença dos camaradas cubanos, em Angola e exclusivamente por essa causa, que esses bandidos foram esmagados e serão neutralizados. Temos uma cooperação política, económica, temos uma cooperação excelente, uma cooperação, até alegre, com todos os camaradas dos países socialistas e se há uma exploração, dessa situação é simplesmente porque se deseja ver Angola separada dos países socialistas. Isto nós não aceitamos. Isto nós vamos defender com todas as nossas forças.

É claro que há estrangeiros que estão implicados neste processo. Não os vou mencionar hoje. Vou mencionar mais tarde. Há estrangeiros que andaram a incitar, andaram a ver se a desestabilização do nosso processo revolucionário se pode fazer o mais depressa possível, que andaram a provocar uma certa situação de insegurança psicológica no nosso Povo, principalmente em Luanda, onde estão as embaixadas. No entanto, eu posso dizer, aos camaradas, que esses intentos não foram conseguidos.

E agora, a questão é para o nosso Povo encontrar as cabeças desta contra-revolução, encontrar as cabeças desta tentativa de golpe. Eles estão mergulhados em caves, estão escondidos. Mas é possível, com o auxílio de todo o Povo, saber de facto onde estão, encontrá-los e fazer justiça. E é dessa maneira que a Luta Continua

e a Vitória será Certa. E não me venham dizer que, procedendo assim, nós estamos a defender uma direita no País. Não é isso. Não há direita que resista a uma esquerda unida. Mas a direita avança quando a esquerda está dividida. E o que quiseram fazer-nos, aqui, era dividir a esquerda, dividir os progressistas, dividir os nacionalistas, em dois grupos, para que a direita pudesse avançar mais depressa. E isso nós não podemos, de maneira nenhuma admitir. Não podemos aceitar.

Camaradas e Compatriotas:

Não vamos, simplesmente, pensar que é necessário dar um combate sério e verdadeiro aos fraccionistas. Mas vamos actuar duma maneira prática em cada bairro, em cada cidade, em cada sanzala, em cada kimbo. Vamos procurar os reaccionários. Desde que eles apareçam, vamos fazer justiça.

DISCURSO
DO CDA. PRESIDENTE
AGOSTINHO NETO
NA CIDADELA
DESPORTIVA
12 JUNHO 77

O Camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, pronunciou no domingo, 12 de Junho de 1977 perante milhares de pessoas que durante o qual, fez uma análise serena e objectiva da actual situação nacional, bem como apontou algumas tarefas de importância fundamental para a vida da organização de vanguarda do Povo angolano — o MPLA — e do País.

Eis a versão integral do improviso proferido pelo Camarada Presidente Agostinho Neto:

Camaradas membros do Comité Central do MPLA;
Camaradas membros das Comissões Directivas e das Comissões Políticas Provisórias do MPLA; Activistas do MPLA; membros do Governo; Compatriotas e camaradas:

Ontem, dia 11 de Junho de 1977 fomos conduzir ao cemitério, os camaradas que foram assassinados em 27 de Maio também deste ano. Foi um acto extremamente doloroso para todos nós. Sentimos imenso neste momento, a falta dos camaradas dirigentes, militantes, combatentes do MPLA, que foram tão barbaramente assassinados. E foram assassinados por causa da sua fidelidade à linha política do MPLA, à Independência do nosso País, à defesa da integridade territorial de Angola. Foram assassinados, porque eram patriotas sinceros, combatentes sinceros da nossa Pátria.

De todo o País, vieram delegações. Delegações não muito numerosas mas que representavam as populações de cada província, de cada região administrativa do nosso País. Eu quero, sinceramente, agradecer a estes camaradas de todas as províncias que estiveram presentes ontem no funeral dos nove camaradas que foram enterrados. Estiveram ainda presentes neste acto triste, os representantes dos países amigos e de todos aqueles que têm aqui embaixadas.

Os embaixadores ou os seus substitutos estiveram connosco no cemitério e isto testemunhou mais uma vez, a amizade de que goza o Povo de Angola, por parte de povos de outros países e de outros continentes. Representantes desses países, dirigentes desses países enviaram mensagens, mensagens que nem todas estão publicadas neste momento, nem todas foram ainda traduzidas na Rádio, na Televisão ou no nosso «Jornal de Angola». Mas, à medida que as possibilidades o permitirem nós iremos publicando as mensagens muitas, que temos recebido dos países amigos e, daqueles que estão em contacto connosco, por razões políticas.

Algumas delegações de países amigos vieram aqui para testemunhar também a sua solidariedade, a sua amizade, neste momento em que nós sofremos um golpe terrível, ao nível da Direcção do Movimento e do Estado. A todos, quero aqui exprimir os maiores agradecimentos.

Quero exprimir a nossa solidariedade, a todos aqueles que têm estado connosco nas horas mais difíceis, que nos ajudaram durante a luta de libertação nacional, que nos estão a ajudar neste momento de reconstrução do nosso País, e que nos oferecem a sua amizade e a sua solidariedade.

Quero ainda agradecer, às famílias dos camaradas que foram assassinados. Apesar do momento triste que viveram e que estão a viver ainda neste momento, apesar

da tragédia que caiu sobre si, durante todo esse período, as famílias comportaram-se com dignidade, comportaram-se de maneira a mostrar que embora alguns dos seus familiares tenham tombado e alguns fazendo grande falta ao agregado familiar, elas estão dispostas a continuar a luta que cada um dos assassinados iniciou ou para qual cada um dos assassinados, contribuiu para que nós atinjamos os objectivos no nosso Movimento, quer dizer, que nós atinjamos o socialismo. A todas as famílias portanto, a quem ontem já dirigi os meus sentimentos, no nome de todo o Povo de Angola, no nome do Comité Central do MPLA e no nome do Governo da República Popular de Angola, queiram mais uma vez, receber os sentimentos de pêsames e os meus agradecimentos pelo seu comportamento.

Estamos aqui, hoje, a condenar o fraccionismo. Foram fraccionistas, aqueles que são os autores da tragédia que vivemos durante alguns meses e que terminou pelo assassinato. Hoje, eles já não são fraccionistas porque naturalmente já não pertencem ao MPLA. Eles agora são indivíduos em fuga dentro de Angola, mas de maneira nenhuma, pertencem ao MPLA.

O que é fraccionismo, nós precisamos de o compreender muito bem. Que é que significa fraccionismo?

Nós sempre considerámos importante para o nosso Movimento, MPLA, para o nosso País, Angola, que exista unidade. No MPLA, nós somos um e temos regras para a vida da Organização. Não somos diversos. Somos um ou devemos ser um. E, quando um pequeno grupo, começa a funcionar fora dessa unidade, quando essa Unidade-Movimento se divide em dois ou três bocados, nós chamamos a esses bocados, fracções. Fraccionismo é portanto, organizar dentro do Movimento pequenos grupos que não caminham de acordo com os Estatutos, conforme o Programa do MPLA mas sim, procuram organizar os seus próprios estatutos e o seu próprio programa.

Isso é condenado desde 1956, data da fundação do MPLA, pela nossa organização e essa regra, está inscrita nos Estatutos, no capítulo que fala do centralismo democrático. Portanto, quando nós dizemos fraccionismo, significa que alguém dentro da Organização, dentro do País, quis formar grupos que fossem diferentes do MPLA. Ora neste País, o único Movimento que existe é o MPLA e quem defender outro Movimento qualquer, não pode ser tolerado. Camaradas, Compatriotas:

O fraccionismo não começou a existir ontem, nem na semana passada. O fraccionismo existe desde a fundação do MPLA. Tivemos que combater vários grupos fraccionistas, que hoje estão totalmente entregues ao imperialismo.

Em 1962/3, Viriato da Cruz conduziu uma ala fraccionista ainda quando nós nos encontrávamos no exílio, no «Congo Kinshasa», Viriato da Cruz quis formar o seu Movimento dentro do MPLA e acabou por se entregar à Fnla. Mais tarde, foi-se entregar à China onde ele perdeu a saúde e veio a falecer. Quer dizer que já em 1962, nós tivemos que combater as ideias que os nossos compatriotas defendiam dentro do MPLA e esses mesmos indivíduos, não tiveram outro remédio, senão entregar-se aos nossos inimigos. Entregar-se ao imperialismo para lutar contra nós, para encontrar armas para lutar contra nós e acabaram por desaparecer.

Em 1965 ou a partir de 1965, alguns dos nossos compatriotas eram representantes no estrangeiro. Alguns estiveram no Cairo, no Egipto. Entre eles, encontrava-se um indivíduo chamado Baya. Creio que era António Baya. Esse indivíduo procurou também fazer a sua fracção, fazer o seu grupo. Acabou por ser expulso e hoje é membro da Fnla, está em Kinshasa. Outro indivíduo que também esteve no Cairo, no Egipto, chamado

Francisco Barros, pretendeu fazer a sua fracção, fazer o seu grupo e acabou por ser membro da Flec. Hoje está com a Flec que está a combater contra nós, em Cabinda.

Já depois de uma luta avançada na Frente Leste, apareceu um tal Chipenda que também à base tribal, quis formar o seu grupo. Foi expulso do Movimento. Acabou de ir para a Fnla e hoje ou está no Zaire ou está na África do Sul, conforme as conveniências do momento. Quer dizer que se ligou aos piores inimigos de Angola, aos piores inimigos do Povo de Angola.

O destino é sempre o mesmo. Tentando combater o nosso Povo em Angola, tentando combater o MPLA, eles vão cair nas mãos dos imperialistas, nas mãos dos racistas e vão fazer o jogo do inimigo. Não têm outra saída, não podem sobreviver sem ajuda dos imperialistas.

Em 1974 depois do 25 de Abril — os camaradas aqui em Luanda conhecem bem — depois portanto da rendição dos colonialistas portugueses, um outro grupo fraccionista apareceu. O grupo liderado por Gentil Viana, chamado «Revolta Activa» que os camaradas combateram com toda a força, aqui em Luanda. Esse grupo desapareceu também, e certamente, estaria disposto a colaborar com os imperialistas para abater o MPLA.

Chegamos a 1977 e aparece um novo grupo fraccionista que se camuflou aqui em Luanda, que tentou organizar-se dentro do MPLA, para destruir a Direcção e tomar o poder. Tomar não somente a Direcção do MPLA mas também a Direcção do Estado. Uma grande parte dos indivíduos que constitui essa fracção, está agora sob investigação, outra fugida e, eu não vejo outra alternativa; ou eles se entregam ou então vão-se entregar ao Zaire. É o destino de todos. Todos vão-se entregar ao imperialismo. E este grupo se não vier ter connosco, é porque irá ter com o Zaire.

Esses fraccionistas sempre fizeram o jogo do imperialismo. Toda acção que foi praticada durante estas últimas semanas aqui, mostrou que era uma acção reaccionária. Quem mata, como eles mataram, é reaccionário. Quem se combina, como eles combinaram com as forças da reacção, com os espíões estrangeiros que estão aqui na nossa terra para derrubar a Direcção do MPLA, é reaccionário, porque estavam pura e simplesmente a fazer o jogo do imperialismo. É o imperialismo que se estava a aproveitar deles para poder destruir tudo aquilo que nós já fizemos, desde o início da nossa independência, tudo aquilo que nós fizemos durante a luta de libertação e todos os nossos projectos na Reconstrução Nacional.

Devo dizer aos camaradas — agora já o posso dizer — que alguns deles, alguns que andam fugidos — ou os que estão sob investigação — chegavam às reuniões e, em vez de discutir os problemas que eram inscritos na ordem de trabalho, pegavam num livro e punham-se a ler à socapa. Muitas vezes, tinham sono, dormiam, talvez porque tivessem reuniões de mais ...

Havia alguns dos nossos compatriotas que estavam no Comité Central, estavam no Conselho da Revolução, que não contribuíram em nada para as decisões sérias, patrióticas que nós tomámos, iam lá com um volume grande de livros debaixo do braço e iam lendo. Não lhes interessava nada, aquilo que se passava no Comité Central, aquilo que se passava no Conselho da Revolução. Iam lá com outros objectivos. De vez em quando, quando havia posições a tomar, eles escreviam muito. Tomavam notas de tudo. Tomavam notas para depois criticar o Comité Central, criticar quem interviesse e, como aconteceu a alguns dos nossos camaradas, para os assassinar no momento oportuno.

Não é por acaso, que nós encontramos entre aqueles que queriam destruir o MPLA e o nosso Estado, alguns estrangeiros. Num momento mais oportuno, nós anun-

ciaremos os nomes de portugueses que estão presos neste momento, porque também estavam a colaborar para o golpe de estado aqui em Angola.

É claro que hoje aqui, no nosso País, ninguém pode atacar-nos dizendo que é fascista ou que defende o capitalismo. Todos dizem que são pelo socialismo. Todos defendem as ideias mais radicais. São esquerdistas todos. Pertenceram a partidos de esquerda em Portugal e é sob essa forma que eles se apresentam. Apresentam-se como homens de esquerda, que queriam avançar mais rapidamente o processo revolucionário angolano e para isso tomavam posições, contra o Governo. No fundo, eles não eram nada progressistas. Eles eram é reaccionários, eles eram é homens que queriam ver restaurados aqui, o colonialismo, o neocolonialismo, o capitalismo e a introdução, o mais rapidamente possível das forças imperialistas. Isso era o objectivo. Mas utilizaram determinadas tácticas e diziam que eram progressistas, eram esquerdistas, eram socialistas. Alguns deles, fugiram de Portugal e vieram aqui pedir-nos asilo político dizendo que eram progressistas. Nós concedemos o asilo político. Concedemos até, a possibilidade de trabalhar. Damos-lhes emprego, com vencimento. E a sua atitude, a sua resposta, foi entrar em conspirações contra o MPLA, contra o Estado angolano e contra o Governo. Isto é uma atitude que só podemos classificar de uma maneira: ou puramente ingratitude se quisermos ser sentimentais, ou eles estavam aqui ao serviço de quaisquer forças exteriores ao nosso Povo.

Mas há um aspecto a que nós membros do Comité Central nos temos referido sempre. É que houve aqui em Luanda uma luta de grupos. Vários grupos se constituíram durante a luta de libertação por causa da clandestinidade. Uns saíram de um campo de concentração, uns saíram de uma prisão, uns saíram de outra e cada grupo queria ter a supremacia. E nós assistimos

aqui desde o 11 de Novembro a uma luta tremenda em que se foram eliminando um a um os grupos predominantes.

Primeiramente foi o grupo que se chamava «Comités Henda». Foi eliminado. Depois eram os «Comités Amílcar Cabral». Foram eliminados. Apareceram depois alguns deles, indivíduos que pertenciam a esses dois grupos apareceram numa outra organização chamada, «Oca» — Organização Comunista de Angola e também foram eliminados.

A Direcção do MPLA, que dirigiu a luta armada e que finalmente tomou conta da Direcção do País, como Direcção do Partido e Direcção do Estado devia ser a última a ser eliminada. Nós, todos os membros do Comité Central devíamos, segundo os planos feitos, desaparecer no dia 27 de Maio, para que um grupo, um desses que fez a luta contra os outros grupos luan-denses pudesse assumir o poder.

E muita gente estava enganada. Nós pudemos ver durante este período, desde a independência, as atitudes, as posições políticas que foram tomadas por certos responsáveis face ao Movimento, face ao Governo, face à problemática toda que existia dentro do nosso País. Alguns camaradas vacilaram, alguns camaradas não tiveram coragem, alguns camaradas evidenciaram nitidamente a sua adesão ao grupo que agora foi combatido, que está a ser combatido agora. Nós vimos como em vários serviços, em várias repartições públicas havia atitudes que coincidiam perfeitamente com as atitudes dos fraccionistas.

Nós vimos que foi utilizada uma determinada estratégia e que eram utilizadas determinadas táticas. Indivíduos que evidentemente se mostravam muito amigos do Movimento, muito militantes dentro do Movimento, no fundo faziam trabalho contra o MPLA.

Camaradas:

Se nós analisarmos aquilo que aconteceu antes, poderemos verificar que antes do 11 de Novembro e nesta luta de grupos, a acção principal foi feita contra os elementos que se diziam da Revolta Activa aqui em Luanda. E elementos da Revolta Activa eram apoiados pelos portugueses colonialistas, que eram colonialistas embora se dissessem progressistas e foram apoiados pelos reaccionários em todo o Mundo.

Eles foram combatidos aqui com toda a força. Estávamos ainda a lutar contra os zairenses, estávamos a lutar depois da Independência também contra os sul-africanos e só no mês de Março, nós pudemos resolver uma parte do problema.

Tivemos durante este período, desde a Independência, ataques armados por bando, que vieram, quer do Norte, do Zaire, quer do Sul, da África do Sul. Havia portanto uma situação que exigia de nós a maior atenção pela defesa nacional, a maior atenção no sentido de forjar a unidade nacional para a defesa do território. E ultimamente tivemos o problema das acusações do Zaire por causa das suas complicações no Shaba. E é dentro deste contexto, em que nós estamos preocupados com a defesa do nosso território que surge mais uma vez um ataque fraccionista.

Os momentos são bem escolhidos. Quando nós estamos preocupados com um problema, surge outro para desorientar a nossa actividade. Estivemos sempre preocupados com o problema da Reconstrução Nacional e em nenhum momento nós deixamos de chamar a atenção do nosso Povo para o facto de ser necessário produzir, que é necessário cuidar da nossa economia, que é necessário nós tomarmos medidas urgentes para que a produção agrícola não desaparecesse, para que as indústrias continuassem a produzir, para que nós pudessemos manter o Comércio, se fizesse normalmente,

para que os agricultores não ficassem com a produção na sua lavra e não pudessem comprar produtos industriais, chamando atenção para este aspecto. E estamos longe de ter resolvido todo o problema da economia do nosso País.

Chamámos a atenção para o problema da educação e da assistência médica. São problemas fundamentais para o nosso Povo e o que é que fizeram os fraccionistas? Os fraccionistas aconselhavam por um lado, a não combater. Era preciso não combater os bandos armados que penetravam no nosso País porque eles queriam fazer um outro tipo de Revolução. Infiltraram-se nalguns sectores das forças armadas e fizeram com que eles não funcionassem para a Revolução, mas funcionassem sim, no sentido da organização de um golpe de estado.

Eles influenciaram jovens para que não participassem das tarefas da Revolução Nacional, que não fossem à colheita do café, que não fossem cortar cana, que não participem nas empresas industriais e influenciaram os agricultores a não produzir mais porque o Estado não estava em condições de comprar os seus produtos. Quer dizer: foi uma sabotagem consciente aquela que se fez aqui durante vários meses.

Quem eram os agentes dessa política. Participaram principalmente elementos de Luanda, intelectuais de origem burguesa ou pequeno-burguesa. Compatriotas alguns, estrangeiros outros — e os estrangeiros que não foram capazes de fazer a Revolução na terra deles, vêm fazer a Revolução em Angola.

Intelectuais que se ocupavam em escrever discursos, em ler livros para depois dar umas frases, às pessoas que se aproximam do microfone e mesmo a escrever livros que depois outros assinavam. Alguns operários ambiciosos pensando que já tinham a direcção do País

nas suas mãos, que já não era possível a união de todas as classes sociais, que eles sós, mas eles pessoalmente sobretudo poderiam dirigir todo o processo revolucionário em Angola.

Elementos da juventude também foram recrutados, elementos da OMA foram recrutados. Algumas comissões populares de bairro, foram recrutadas para impedir até o abastecimento dos bairros. Nós todos lembramo-nos que em alguns bairros de Luanda, quando nós queríamos abrir lojas para poder distribuir melhor os produtos algumas comissões populares de bairro, recusaram dizendo que queriam formar cooperativas e não lojas. E as cooperativas serviram para encobrir muito negócio como se está a descobrir agora.

Alguns membros do Governo, das organizações de massas, que já referi, das Comissões Directivas do MPLA, também se encontram entre os elementos recrutados pelos fraccionistas. Eles aproveitaram todo o descontentamento.

É fácil, aproveitar o descontentamento, o difícil é resolver os problemas. É fácil criar obstáculos, o difícil é dirigir um processo revolucionário.

Foram utilizadas algumas táticas como as calúnias aos dirigentes do MPLA e aos membros do Governo. Calúnias que depois eram repetidas em cada bairro, em cada empresa, em cada província para denegrir determinados membros do Comité Central e determinados membros do Governo. Era fácil detectar de onde vinham essas calúnias. Para nós era fácil detectar porque eram sempre os mesmos indivíduos que nos vinham falar contra este ou contra aquele membro do Governo ou do Comité Central, ou contra um funcionário do Comité Central ou funcionário de um serviço qualquer.

Fizeram classificações artificiais que também eram repetidas e são ainda repetidas: «Uma direita conservadora», os «maoistas» e os «consequentes». Os «consequentes» eram os autores das calúnias. E todos nós, membros do Comité Central, membros do Governo, todos éramos classificados de uma ou de outra maneira. Ou éramos «conservadores», ou éramos «social-democratas» ou éramos «maoistas». «Consequentes» é que não ...

Diante disto camaradas nós não podemos tomar outras medidas além daquelas que foram tomadas e que ainda estão em curso. Nós fizemos com que a investigação fosse o mais profundamente possível aos elementos que eram denunciados espontaneamente por aquelas que chegaram aos nossos organismos de investigação e que eram suspeitos. Foram dissolvidos alguns organismos do Movimento, algumas Comissões Directivas, como por exemplo a Comissão Directiva de Luanda, foram dissolvidas, porque não correspondiam de maneira nenhuma às exigências políticas do MPLA. Foram demitidos alguns Comissários Provinciais que participaram desta manobra. Foram também dissolvidos alguns organismos dirigentes das organizações de massas como por exemplo a Comissão Directiva Nacional da JMPLA. Também foram demitidos funcionários. Neste sector a investigação não foi bastante longe mas desde que nós detectemos qual é a implicação, naturalmente que não se seguirá outra regra.

Mas além disto nós temos que tomar outras medidas, que devem ser realizadas por toda a Organização do MPLA no País, pelo Povo em geral. E uma das mais importantes é saber encontrar onde os fraccionistas se esconderam. Não são somente os cabecilhas mas também outros que aqui em Luanda provocaram muitas perturbações na nossa vida nacional. É preciso encontrá-los e o mais depressa possível.

Por outro lado temos que reforçar o MPLA. Temos tarefas urgentes e sem a organização do MPLA nós não poderemos avançar muito. Temos portanto de reconstituir as Comissões Directivas regionais ou provinciais. Temos de reconstruir ou construir imediatamente os grupos de acção, os comités de acção para que eles estejam aptos a dirigir realmente, fielmente ao programa do Movimento e sem hesitações a política que é traçada.

Todos os organismos de massas devem estar subordinados a todos os níveis aos organismos do MPLA. As Comissões Populares de Bairro, organismos que devem ser eleitos, devem subordinar-se à orientação do MPLA. É o Comité de Acção do bairro quem dirige. A Comissão Popular executa.

As organizações de massas, a OMA, a JOTA, a UNTA, devem subordinar a sua actuação à direcção do MPLA, a todos os níveis. Não podemos por exemplo, ter numa empresa, grupos de acção que não tenham autoridade política junto das comissões sindicais. Isto não pode ser, e se acontece a única coisa que nós poderemos fazer é dissolver as comissões sindicais. A orientação tem de ser do MPLA. E vamos seguir esta linha firmemente. Que não haja organizações paralelas dentro do País. Quem comanda aqui em Angola é o MPLA.

No Governo, os membros do Governo, têm que se submeter à orientação traçada pelo Bureau Político que é o organismo permanente do Comité Central. Não pode haver decisões do Governo, que não sejam controladas pelo Bureau Político. É preciso que todos Ministros, todos aqueles que estão na administração do País, saibam que devem fazer só aquilo que for autorizado pelo Bureau Político e, quando o Bureau Político decide, é preciso executar as suas decisões o mais urgentemente possível.

É claro camaradas, por vezes surgem algumas confusões. Como por exemplo: realizou-se aqui em Luanda, um plenário da Saúde. Os camaradas membros do MPLA do serviço de Saúde, quiseram tentar resolver alguns problemas que lhes diziam respeito. E falaram primeiramente com membros do Comité Central e comigo próprio. Realizaram um plenário que foi autorizado. As suas decisões foram previamente examinadas por um membro do Bureau Político. Mas alguns desses membros da saúde, eram também fraccionistas e, foram sujeitos às medidas que os outros estão a sofrer. Mas, alguns camaradas pensam que, esses «camaradas» estão sob sanção, por causa do plenário da Saúde. Devo dizer aqui a todos os camaradas que trabalham no serviço de saúde, que por causa do plenário da saúde, ninguém sofreu qualquer sanção. Todos têm o direito de reunir, desde que os objectivos sejam justos, e desde que estejam completamente controlados por qualquer organismo do MPLA. É claro que uma das tarefas fundamentais para o nosso Movimento nesses próximos tempos deverá ser a preparação do Congresso. Nós temos de preparar convenientemente o Congresso. Os militantes devem interessar-se por frequentar as escolas políticas para poderem aprender o marxismo-leninismo, para poderem saber algumas noções antes da realização do Congresso. Teremos pois de realizar todos os passos para chegar ao Congresso, isto é nomear os delegados, eleger as comissões, segundo as normas que serão fornecidas, pela comissão preparatória do Congresso. Mas esta é uma das tarefas principais, para que nós não atrasemos a realização do Congresso que, estamos a espera a tanto tempo, e para que a classe operária tenha o seu papel, tenha o seu lugar na direcção do País, como nós desejamos e como o Comité Central decidiu.

No entanto, camaradas, não posso deixar de algumas das nossas preocupações. Uma delas é a preocupação da defesa. A Juventude vai ser mais uma vez chamada a defender o País.

Há pouco tempo, sofremos ataques políticos por parte do Zaire. Ameaças de invasão, com tropas que se encontravam dentro do seu território que fizeram algumas incursões, que violaram o nosso espaço aéreo, que bombardearam algumas das nossas aldeias e, nós receámos que eles, os zairenses, auxiliados pelos franceses, pelos marroquinos, pelos egípcios viessem atacar Angola. Precisamos portanto, de estar alerta.

Não nos distraiamos só com a luta contra os fraccionistas. Não nos distraiamos só com a organização do Congresso. Temos antes de mais, de velar pela defesa do nosso território. Sem o território não temos possibilidade de organização.

A Juventude é mais uma vez chamada a estar pronta em qualquer momento para defender o território nacional. Claro que não é nosso desejo fazer guerra. Mas se alguém nos atacar, nós não teremos outro remédio, senão defender-nos. Se for possível normalizar as nossas relações com os países vizinhos, como já fizemos com a Zâmbia, nós estaremos prontos a dar os passos necessários, se as condições estiverem criadas para isso. Mas enquanto não houver normalização de relações com os outros países, temos de estar atentos à defesa.

Precisamos ainda de cuidar com muita atenção, a questão da produção. Os camaradas da UNTA organizaram períodos de emulação e creio que em algumas empresas, isso deu resultado. No entanto, a produção não depende simplesmente do operário. Depende de muitos outros factores. Depende das matérias-primas. Depende das máquinas, depende da técnica e tudo isso tem de ser organizado, tudo tem de ser visto, para que a produção seja a melhor, para que a produtividade de cada operário, seja a melhor.

--A organização nas empresas ainda não é perfeita, mas pode-se aperfeiçoá-la. Nós temos descurado bastante, a organização de cooperativas de produção agrícola. A agricultura pode desenvolver-se mais do que está neste momento.

Alguns dos camaradas Comissários Provinciais e, em relação a alguns, já sabemos porque — é porque estavam com os fraccionistas — impediam a saída dos géneros alimentícios da sua província, para as outras províncias. Isto prejudicou bastante no abastecimento de certas províncias, não era permitida a utilização de viaturas para a compra de produtos dos agricultores, umas vezes porque havia poucos veículos, mas outras vezes também porque havia o desejo de sabotar a produção agrícola. Teremos de tomar atenção, mais atenção a esse capítulo da nossa vida. Quer dizer, no que respeita ao transporte, a educação, à reparação de estradas, nós temos de fazer um esforço suplementar neste período, porque, temos de cuidar, — é nosso dever — temos de cuidar da vida material da população, temos de cuidar da vida material dos camponeses e dos operários e organizar a troca. Temos de fazer com que o equipamento seja cada vez melhor e temos de evitar o açambarcamento, o roubo, a destruição de bens que pertencem ao Povo. A esse capítulo, capítulo da economia, portanto, é extremamente importante e todo o Povo deve colaborar.

Camaradas, nós temos a facilidade de possuir amigos no mundo. Temos amigos sérios, amigos que manifestam a sua solidariedade em cada momento difícil. Nós temos sentido a solidariedade e a amizade. Nós temos sentido que uma grande parte de países do mundo está connosco e estão prontos a dar a sua colaboração em todos os instantes.

Há camaradas que são criticados por isso. São acusados pelo imperialismo. São os camaradas da União Soviética e os camaradas de Cuba. São acusados de virem à Angola não para contribuir para este processo,

não para a construção do Socialismo, defesa da independência, mas sim, estarem aqui para outros fins. Eu queria reafirmar aqui, diante de toda a população do nosso País, especialmente a de Luanda, que os camaradas da União Soviética têm expresso em cada momento difícil da nossa vida, os seus sentimentos de amizade e de solidariedade. E têm expresso não somente sentimentos, mas de uma maneira prática, positiva, têm contribuído para a formação do nosso exército, para diminuir as dificuldades económicas, para formação de técnicos, para enfim, nós podermos de facto, entrar num período de Reconstrução Nacional. Da mesma maneira os camaradas cubanos.

A reacção aqui em Angola, naturalmente animada pelas agências de espionagem, fazem propaganda contra os camaradas cubanos. Têm tentado fazer tudo para que o Povo de Angola seja contra os camaradas cubanos. Mas eu devo dizer que se há um Povo, um Partido, um Governo, que está realmente a contribuir para a realização da nossa vida em todos os aspectos, aqui em Angola, são os camaradas cubanos. E eu não digo isto simplesmente porque estou ao pé dos microfones. Digo sinceramente, e di-lo-ei em cada circunstância da nossa vida, porque a contribuição do povo cubano é de tal maneira grandiosa, que nós nunca mais na nossa vida nacional a poderemos esquecer.

E oxalá possamos nós os angolanos, em relação àqueles que ainda estão a lutar pela sua independência, os povos da Namíbia, do Zimbabwe, da África do Sul, fazer um esforço semelhante. Que nós possamos também contribuir de uma maneira internacionalista, para a libertação dos outros povos da região Austral da África.

Dentro de dois dias, provavelmente, começará aqui em Luanda, uma reunião do Comité de Libertação de África. Vêm aqui à Luanda, responsáveis dos Movimentos de Libertação, vêm representantes de vários países africanos, que connosco virão afirmar mais uma

vez, o nosso desejo de libertar totalmente, o nosso continente, onde ainda existem racistas. A população de Luanda, aquela que estará mais próxima dos delegados é convidada a exprimir o seu carinho, a sua amizade, a sua solidariedade, a cada um dos membros dos Movimentos de Libertação que estiverem presentes aqui em Luanda e, também, cada delegado de países africanos que estiverem na nossa cidade durante a conferência.

UM SÓ POVO — UMA SÓ NAÇÃO

A LUTA CONTINUA

PELO PODER POPULAR

A VITÓRIA É CERTA.

**INFORMAÇÃO
DO BUREAU POLÍTICO
SOBRE A TENTATIVA
DE GOLPE DE ESTADO
DE 27 DE MAIO**

INFORMAÇÃO DO BUREAU POLÍTICO SOBRE A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO DE 27 DE MAIO

Está praticamente desvendado todo o complexo emaranhado em que surgiu a tentativa reaccionária do golpe de estado fraccionista de 27 de Maio último, prontamente esmagado pelos militantes do MPLA, membros das FAPLA e da DISA, com o apoio das massas populares.

As verdadeiras origens e os verdadeiros objectivos do golpe confundem-se na complexidade do próprio processo contra-revolucionário.

É no entanto evidente que um determinado número de ex-prisioneiros do antigo «campo de São Nicolau», chefiados por Zé Van-Dúnem e um punhado de responsáveis da 1.^a Região, tendo à cabeça Nito Alves, manifestam desde os primeiros momentos da derrocada do fascismo colonialista, estranhas afinidades que, a partir da Conferência Inter-Regional de militantes em Setembro de 1974, viriam a caracterizar-se por uma actividade política de grupo, fora das estruturas do MPLA, mas sempre a coberto do MPLA.

A eleição daqueles dois cabecilhas para o Comité Central foi justamente fruto de uma actividade de grupo e foi facilitada pelo momento que então se vivia com o

fim próximo da guerra colonial e a ofensiva imperialista contra o MPLA, inclusivamente através das chamadas «revolta activa» e «revolta do leste», fomentadas no seio do Movimento, em benefício dos agrupamentos fantoches da Unita e Flna.

Confundindo-se a princípio com outros grupos fraccionistas (como os Comités Amílcar Cabral, os Comités Henda e outros), dos quais se servia como trampolim, o grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem começa a destacar-se com maior preponderância, depois da neutralização dos concorrentes, para a qual deu aliás a sua contribuição activa à direcção do MPLA.

Liquidados os grupos concorrentes rivais, o grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem aproveita a circunstância de Nito Alves ter sido convidado a participar nas reuniões do Bureau Político durante a 2.^a guerra de libertação e posteriormente ter sido nomeado Ministro da Administração Interna, para não somente tentar controlar as estruturas do MPLA e os órgãos provinciais do Governo, mas ainda para iniciar a criação de uma estrutura paralela, servindo-se de militantes da sua confiança, grande parte, dos quais eram portugueses que pretendiam ser os guardiões de uma «linha marxista-leninista pura» na actividade do MPLA.

Pensava o grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem que isso lhes permitiria, logo que as condições se proporcionassem, uma tomada de poder silenciosa, com a liquidação ou o descrédito de todos aqueles que não partilhavam das suas ambições e dos seus métodos de actuação.

Utilizavam a demagogia fácil, especulando com todas as dificuldades inerentes à criação do novo estado independente, acrescidas dos problemas criados por uma violenta guerra de agressão que destruiu o país de Norte a Sul e deixou centenas de milhares de compatriotas sem lar e sem todos os seus bens.

Essa manipulação das dificuldades do nosso Povo era vestida com uma roupagem pseudo-marxista, que explorava a fundo a receptividade que o Povo revolucionário de Angola sempre manifestou pelos ideais revolucionários e pelo socialismo.

Foram também utilizadas as mais torpes calúnias sobre os dirigentes e militantes, que pelas suas funções, constituíam maior obstáculo ao desenvolvimento de toda a estratégia do grupo. Essas calúnias foram manuseadas grosseiramente, mas a sua repetição sistemática não deixava de influenciar alguns camaradas, em cujo espírito se geraram dúvidas sobre a honestidade e a firmeza política desses dirigentes e militantes.

Os fraccionistas solicitaram mesmo o apoio de alguns países amigos para os seus planos aventureiros, não hesitando em caluniar para o efeito, junto das embaixadas, dirigentes e militantes íntegros.

Os fraccionistas abusaram da boa fé do nosso Povo. Pelos seus actos, pela atitude elitista da maior parte do grupo, pela fraseologia pretenciosa e oca que utilizavam, pelas mentiras que propagavam, eles sempre revelaram um profundo desprezo pelo Povo, ao qual pensavam levemente poder enganar.

Sempre falaram em nome das massas, mas na verdade não só se afastavam, mas desprezavam as massas com quem eram incapazes de conviver.

A própria «manifestação» com que pretendiam legitimar o golpe falhado foi um insulto à sinceridade, ao espírito revolucionário dos trabalhadores e da população dos bairros de Luanda. As poucas centenas de populares que ainda se dirigiram ao local indicado foram enganados; ninguém lhes disse que se tratava de um golpe contra a Direcção do Movimento e contra o Camarada Presidente. E foi porque o Povo se apercebeu do logro que a «manifestação popular» abortou.

A verdade é que todo o entusiasmo e toda a capacidade de luta dos militantes do MPLA, revigorados com os sucessos da Segunda Guerra de Libertação, não conseguiram impedir que os fraccionistas abrissem brechas no nosso processo revolucionário.

A sua acção foi atentamente seguida pelos imperia-
listas e pelas forças reaccionárias internas, que mais não
tiveram que fazer senão orientar e apoiar toda a activi-
dade anti-MPLA que o grupo desenvolvia.

Nas forças armadas, no sector operário, nos bairros
e particularmente na função pública, os reaccionários
fraccionistas, escudados nas suas divagações pseudo-
marxistas, accionaram numerosos esquemas tendo em
vista a liquidação da direcção do MPLA e do Governo
e a sua substituição pelos seus representantes.

O ridículo de todo este processo que faz perigar a
própria independência nacional é que ele reflectia a
evolução política dos seus líderes principais, a partir
de Abril de 1974.

Se inicialmente Zé Van-Dúnem e Nito Alves apoiavam
as suas análises em conceitos inspirados pela experiência
albanesa dos escritos de Enver Hodja, que uma pléiade
de jovens militantes de grupúsculos portugueses difundia
nas escolas de Angola, nos primeiros meses de 1975
essas análises passaram a ser inspiradas pelos escritos
de Mao Tsé-Tung sobre a revolução chinesa.

E nos «círculos de estudo» que constituíam um dos
instrumentos da clique para ir criando os seus núcleos
de apoio no seio do MPLA, Nito Alves chegou a perorar
sobre uma desconexa «análise das classes em Angola»
que mais não era que a transposição simplista para
Angola do texto de Mao Tsé-Tung sobre as classes
na China.

Era a época da indecisão ideológica de uma parte da Juventude que de repente passou a dispor de um manancial de literatura revolucionária que consumia sofregamente e que imediatamente transpunha para o contexto angolano como solução para todos os problemas políticos.

Foi a época «florescente» dos Comités Amílcar Cabral e dos Comités Henda e de outros intelectuais esquerdistas na órbita dos quais gravitavam Zé Van-Dúnem e Nito Alves.

À medida porém que a acção legal do MPLA se fazia sentir com maior intensidade, a influência daqueles grupos ia decrescendo em benefício de um outro grupo muito mais dinâmico e muito mais ligado ao processo angolano através das funções que cada um dos seus elementos desempenhava nos diferentes sectores da vida nacional e em particular na Educação, na Economia e na Administração.

É a época em que Sita Vales «surge» estranhamente no conjunto e com a caução de Nito Alves assume funções de extrema importância no Departamento de Organização de Massas do MPLA, funções que rapidamente tentou estender a outros departamentos.

O aparecimento inopinado de Sita Vales em meados de 1975 passou despercebido. Vivia-se intensamente a luta contra os fantoches e os reaccionários portugueses. Alguns progressistas portugueses apareciam a dar uma contribuição militante ao lado do MPLA sem que houvesse a preocupação de analisar essa participação ao nível dos estatutos.

Sita Vales passou assim a controlar todo um conjunto de elementos, muitos dos quais se diziam ligados ao Partido Comunista Português (PCP) — o que a seu tempo o PCP veio a desmentir.

Esse conjunto constituiu um grupo de apoio aos planos de Nito Alves e Zé Van-Dúnem, cuja acção deixara de se inspirar nas leituras de Mao Tsé-Tung para passar a inspirar-se nas leituras superficiais de alguns textos de Lénine e de outros autores marxistas, que nem sempre eram compreendidos e analisados dentro do seu verdadeiro contexto, mas que frequentemente eram citados para justificar esta ou aquela posição do grupo fraccionista, cada vez mais activo.

Todo este processo se desenvolveu perante uma certa passividade dos órgãos dirigentes, assoberbados com a complexidade da situação que exigia soluções para os graves problemas de ordem militar que se sobrepuseram durante alguns meses aos problemas de organização do MPLA e da necessidade de clarificação ideológica.

Os fraccionistas confundiam já as massas através da difusão de conceitos palavrosos e sem qualquer significado na revolução angolana. A prudência manifestada pela Direcção em divulgar análises que não fossem alicerçadas no estudo sério da realidade social angolana, era aproveitada para a apodar de «direitista». O cuidado posto em apontar a realidade de 14 anos de luta armada fundamentalmente realizada p los guerrilheiros de origem camponesa, para que não se caísse no erro grave de confundir essa etapa da luta com uma tomada de consciência da classe operária angolana então pouco engajada no processo, tal cuidado era tomado como uma manifestação «social-democrata» ou «maoista». Os conceitos absurdos chegaram até ao «anti-sovietismo» ou ao «anti-comunismo» que se atribuíam a grande parte dos responsáveis do MPLA e do Governo.

○ Tão ridículas alegações não deixavam de tocar alguns militantes, uns honestos, outros já na senda do fraccionismo. Não deixavam também de enfraquecer a resistência do aparelho do Movimento às infiltrações de

toda a ordem e além disso causavam a desconfiança de alguns diplomatas de países amigos, frequentemente assediados pelo grupo.

Alguns dos grupos não se reclamavam já do nome do MPLA, havendo mesmo a tendência em apagar da cena a presença fortemente mobilizadora do Movimento.

O pior é que as agências de espionagem do imperialismo e em particular as francesas e algumas suas aliadas europeias, não perderam tempo em avançar em largos passos para a criação aqui dos seus pontos de apoio, alguns dos quais estão hoje neutralizados.

O PLANO DOS FRACCIONISTAS

O plano executado em 27 de Maio vinha sendo preparado há mais de três anos e pode dizer-se que se inspira nas reflexões da vivência comum e das ambições de um relativo pequeno grupo de jovens prisioneiros políticos dos anos 70 do que no tempo colonial se chamava «campo de São Nicolau». Esse grupo, que não se misturava com a maioria dos prisioneiros políticos originários das classes mais exploradas, constituiu mesmo em São Nicolau um núcleo elitista, que não conseguia ultrapassar os seus preconceitos pequeno-burgueses.

Esse grupo tem como líderes, além de Zé Van-Dúnem, alguns dos principais componentes de uma organização que poucos anos antes se formara em Luanda com o nome de *Comité Regional de Luanda*, entre os quais Juka Valentim e Bernardo Teixeira (Nado).

O papel desse grupo de jovens ex-prisioneiros do antigo «campo de São Nicolau» veio a ser determinante em todo o processo do golpe falhado, e começa a tomar forma quando, após a libertação geral que se

seguiu à queda do fascismo em Portugal, o grupo se alarga com a participação de Nito Alves, que então dirigia o CIR da 1.^a Região Político-Militar.

Tacticamente o plano previa três fases distintas: infiltração em todo o aparelho do Movimento e do Estado; sabotagem e descrédito das estruturas existentes; tomada do poder.

Estrategicamente os objectivos eram confusos. A fra-seologia oca que apoiava todo este plano e que encobria um racismo primário mal disfarçado, deixava acreditar numa possível criação de um «partido» que viria a ser o instrumento da construção de um estranho «socialismo científico» de concepção livresca mas sem nenhum conteúdo verdadeiramente socialista e muito menos científico.

O plano apareceu assim como um elemento de divisão do nosso Povo a dificultar o avanço do processo revolucionário e a afirmação de uma firme consciência nacional.

A FASE DA INFILTRAÇÃO

Foi Zé Van-Dúnem quem, com a colaboração do seu grupo, organizou a saída de Angola de Nito Alves, em Junho de 1974, para se encontrar com o Camarada Presidente e outros dirigentes do MPLA, participar na batalha do Congresso de Lusaka e na Conferência Inter-Regional de Militantes na Frente Leste.

Nessa Conferência, que tem o carácter de um Congresso, é notória a homogeneidade do grupo Nito Alves/Zé Van-Dúnem que aparece a defender teorias racistas inconciliáveis com o Programa e com a prática do Movimento, que a maioria esmagadora dos delegados repudiou.

Após a assinatura dos acordos de cessar-fogo com Portugal, e quando o Bureau Político decide instalar-se rapidamente na legalidade em Angola, foi ainda notória a tentativa gorada desse grupo de retardar a entrada da Direcção em Luanda (Novembro 1974) a pretexto da situação de insegurança que se vivia na capital. Compreendeu-se que se planeava tomar nas mãos toda a máquina organizativa do Movimento, para que quando a Direcção chegasse se visse diante do facto consumado de ter de abdicar da direcção em favor do grupo.

Entretanto, sempre na estratégia da tomada do poder a longo prazo, é criado nos fins de 1974 um novo CIR na 1.^a Região — o CIR «Certeza» — ainda sob a direcção de Nito Alves, numa área de que Bakalof era responsável, onde, a coberto de uma formação política revolucionária, se iam instilando aos estagiários algumas ideias erróneas que iriam determinar o seu comportamento fraccionista.

Quinze desses estagiários são de lá retirados por Nito Alves para formar o primeiro núcleo do já famoso «Secretariado do DOM Nacional», que viria a ser a primeira grande ponta de lança dos novos fraccionistas, na sua estratégia de controlo de todo o Movimento.

Tiveram então que guerrear duramente as outras fracções que queriam por sua vez controlar o Movimento. Primeiro os CACs (Comités Amílcar Cabral), depois os Comités Henda, e isso a coberto das estruturas do Movimento, ele próprio em luta contra todas estas fracções.

Numa primeira fase, esse «secretariado do DOM Nacional» organiza-se, prepara os seus próprios activistas, seleccionados dentro de uma óptica já bem determinada. Sita Vales, vinda de Portugal da UEC (União dos Estudantes Comunistas), sem o mínimo conhecimento das realidades da nossa luta e do nosso

Movimento, é colocada por Nito Alves à testa deste esquema e imediatamente toma nas mãos o comando das operações. São os seus próprios colaboradores, António Mendes Costa, Virgílio Santos Neto (Nzamba), Paulo Manuel King e outros do CIR «Certeza», que vêm com reservas o ascendente de Sita Vales, só possível devido ao apoio de Alves, com quem viveu maritalmente. Desde logo Sita Vales põe em execução o plano de liquidação das estruturas do Movimento e sua substituição por outras, inspiradas na sua experiência partidária em Portugal e que num primeiro tempo são clandestinas. Surge assim, ao nível do DOM Nacional uma primeira estrutura com Nito à cabeça, tendo como lugar-tenentes Santos Neto (Nzamba) e Costa, para os sectores trabalho e bairros e Sita e Rui Coelho para os sectores educação e intelectuais. Neste sector um apreciável conjunto composto por António Marques (Big), Manuel Vidigal e Nuno Simões, coadjuvados por José Reis, funciona como o cérebro que analisa os factos e os documentos e planifica as acções.

Nos sectores trabalho e bairros, Nzamba e António Mendes Costa (com apoio do ex-DIP Nacional, onde também tinham colocado gente sua como Vicente Fortuna, Paulo Manuel King, Gracy Cardoso e Josefa Narciso) através de três «antenas» — Buaque, Emanuel Muhongo e Augusto Domingos Inglês — exercem a mesma acção de desmantelamento das estruturas existentes, para as substituir pela sua estrutura clandestina em que cada responsável controla três elementos, cada um dos quais controla três, e assim por diante.

O plano incluía o controlo dos órgãos de informação existentes e mesmo a criação de outros. Mbala Neto dirigindo a Rádio Nacional e Virgílio Frutuoso na direcção do «Diário de Luanda» tudo fazem para facilitar o aparecimento de uma corrente de opinião que viria a ser o suporte dos fraccionistas logo que as condições amadurecessem. O programa «Kudibanguela»,

que se afirmara graças aos ataques aos fantoches da Upa e da Unita dirige habilmente a sua propaganda contra o MPLA e o Governo e apresenta as Comissões Populares de Bairro não como órgãos do Poder Popular mas como organismos ideológicos em oposição ao MPLA, de que um jornal, o «Poder Popular» pretendia transformar-se em órgão de combate.

Em Malanje, no Lubango, no Lobito aparecem jornais que fogem ao controlo dos organismos do MPLA para difundirem habilmente as ideias fraccionistas. Algumas estações de rádio provinciais são pouco a pouco infiltradas de elementos fraccionistas que nelas difundem as suas próprias orientações.

Simultaneamente Zé Van-Dúnem, apoiado por Nado e Galiano, infiltra-se no Comissariado Político das FAPLA e abusando da confiança nele depositada pelo falecido Comissário Político Jika, desenvolve imediatamente uma acção dinâmica de colocação de homens de confiança nas diferentes unidades, substituindo mesmo aqueles que não lhes davam garantias.

A partir desta posição de responsabilidade, inicia a instalação da sua rede nas FAPLA, uma acção temerária, mas que foi possível pela instabilidade orgânica em que se vivia, acrescida do facto de a Direcção do Movimento não ter ainda um conhecimento dos diferentes quadros que podiam ser mobilizados para cada uma das inúmeras tarefas impostas pela 2.^a guerra de libertação.

Aproveitando-se da palavra de ordem «Mobilização Popular Generalizada», toma o controlo da ODP, através de Fernando Sousa (do Secretariado do DOM) e de Kudia (das FAPLA de Ndalatando) com apoio político de Carlos Pacheco (o já conhecido «comando» aventureiro) e João de Almeida, um português que pontificava com Sita Vales no grupo dos intelectuais.

Ao mesmo tempo, ainda por via do Comissariado Político, Zé Van-Dúnem assegura-se do controlo da Polícia Militar, recém-formada, substituindo os responsáveis Jacaré e Bonga por outros de sua confiança: Paulo Teixeira (Diabo) Gaspar Pombal Neto (Pombal) e Armindo Ornelas, que mais tarde viria a desligar-se dos fraccionistas.

Ao nível de cada uma das regiões militares instala um corpo de Comissários Políticos e respectivos colaboradores, todos recrutados na pequena burguesia de Luanda.

As escolas militares não escapam ao assalto fraccionista, facilitado pelo facto de ter aderido ao grupo uma certa juventude privilegiada que na tropa colonial, no quadro de oficiais ou sargentos, tiveram oportunidade de conhecer uma técnica militar, útil agora para o rápido enquadramento dessas escolas.

À testa do CIR «Sangue do Povo», onde se preparavam alguns dos primeiros comandos do após-independência, Zé Van-Dúnem colocou Amadeu Neves (Dédé), um dos homens da sua confiança, que por atitudes suspeitas já se tinha feito expulsar do CIR da Gabela, viveiro de fraccionistas de várias tendências, inclusivé de membros da chamada OCA — Organização Comunista de Angola — derivada dos CACs e orientada de Lisboa.

O CIR «Kimpuanza» (que se tornou hoje a Escola de Especialistas Menores «Comandante Benedito»), era afinal um dos instrumentos de maior alcance da estratégia fraccionista. Ali deviam preparar-se os especialistas de certas armas estratégicas. Zé Van-Dúnem conseguiu pôr na direcção da escola e como instrutores um grupo de seus familiares e amigos que já no tempo colonial tinham constituído um grupo clandestino denominado «Comité Kimpuanza». Eram eles Félix Matias Neto (Felito), Zeca Van-Dúnem e Afonso António, com mais

seis parentes de Zé Van-Dúnem. É sintomática a tendência deste grupo em manter as estruturas do antigo «Comité Kimpuanza», favorecendo a continuação de ilhotas fraccionistas no seio do Movimento, ao dispor de qualquer força organizada reaccionária ou com laivos de esquerdismo.

De salientar que em fins de 1975, logo no início do funcionamento do CIR «Kimpuanza» Zé Van-Dúnem e Bakalof fizeram vir 200 homens da confiança de Bakalof para preencherem todos os lugares de estagiários para as armas estratégicas. A manobra foi tão evidente que todos os responsáveis militares que não estavam envolvidos no esquema se aperceberam dela, a denunciaram, tendo-se substituído esses homens ligados a Bakalof por 200 outros combatentes que tinham dado provas na primeira e segunda guerra de libertação em todo o País.

Dada a nula experiência militar de Zé Van-Dúnem, que ficara a substituir o Comissário Político Geral Jika, tombado em Cabinda, é Bakalof que, sob proposta de Nito Alves, é nomeado Comissário Político Geral. Bakalof sofreu muito tempo a influência dos Comités Henda, que queriam fazer dele o seu estandarte. Quando Nito rompe com os «Comités Henda», Bakalof, após certa hesitação, alinha com a fracção Nito. Torna-se assim fácil a essa fracção consolidar o seu controlo de todas as escolas militares, inclusive da Escola Político-Militar «Comandante Jika», criada mais tarde para formar o corpo de Comissários Políticos.

A este controlo não escapa o próprio Destacamento Feminino, onde através de Fernanda Delfim (Nandy) e Elvira da Conceição (Virinha) o veneno fraccionista consegue penetrar, sempre enroupado num palavreado pseudo-marxista.

O Comissariado Político desempenhou assim um papel de grande importância na estratégia fraccionista.

Os seus mentores, Zé Van-Dúnem, Bakalof, Nado, Galiano e o grupo de responsáveis das Escolas, do Destacamento Feminino e das diferentes regiões militares, agiam à vontade, emitiam directivas livrescas aparentemente correctas mas sem qualquer ligação com os verdadeiros problemas dos combatentes, instalavam todo um vocabulário desarticulado que confundia os combatentes e os tornava permeáveis ao fraccionismo. No entanto não iam ao encontro dos soldados, preferindo sempre as reuniões de gabinete, as análises de gabinete, as decisões de gabinete. Mesmo nas visitas às zonas operacionais o próprio Bakalof evitava encontrar os combatentes, limitando-se a reunir nas cidades com os membros do Comissariado Político que lhe faziam um relatório sobre a situação.

Ao nível do Governo e da Administração, foi através do extinto Ministério da Administração Interna, tendo à cabeça Nito Alves, que os fraccionistas desencadearam a operação de controlo das estruturas governativas a nível nacional. Recrutando nos elementos de confiança oriundos do antigo «campo de São Nicolau» ou do CIR «Certeza» foram nomeados Comissários Provinciais, Comissários Municipais, funcionários superiores em todos os Ministérios, de tal modo que rapidamente toda a Administração estava infiltrada de fraccionistas, incluindo os que se infiltraram nas Comissões Populares de Bairro (CPB).

Nito Alves e o seu grupo não deixaram de tirar partido de todas as possibilidades de manobra oferecidas pelo Ministério da Administração Interna, chegando mesmo a utilizar a corrupção. A troca de tal ou tal posto, mantinham na sua órbita alguns compatriotas que por vezes nem se deram conta de que estavam a ser utilizados.

O ex-ministro Aires Machado (Minerva), que os fraccionistas faziam constar ser actualmente o único ministro de «esquerda» exerceu uma actividade perni-

ciosa, colocando também em postos-chave (primeiro no Ministério do Trabalho, depois no Ministério do Comércio Interno) homens de confiança dos fraccionistas que viriam a ser dóceis instrumentos da sabotagem que foi posta em prática para desacreditar o Governo, sobretudo no que dizia respeito à distribuição de bens de consumo.

Foi assessorado nos dois ministérios pelo major português Costa Martins, que beneficiava de asilo político na RPA e que afinal veio a revelar-se um agente ao serviço de interesses estrangeiros.

De notar que para conseguir os seus intentos, não hesitaram os fraccionistas, em particular Nito Alves, em se apoiar em alguns conhecidos elementos reaccionários que já tinham servido a OPVDCA e a Pide.

A FASE DE SABOTAGEM E DESCRÉDITO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES

Os ex-Comissários Provinciais de Malanje, Benguela, Huíla, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e um grande número de Comissários Municipais tornaram-se grandes dinamizadores do fraccionismo. Eram eles que sistematicamente lançavam o nome de Nito Alves, pondo em dúvida a capacidade do Comité Central, do Bureau Político e do próprio Presidente do MPLA e da RPA para resolver os problemas, que afinal estragavam por sua deliberada sabotagem. Eram esses Comissários Provinciais quem proibia a livre circulação das mercadorias, quem dificultava a distribuição dos bens de consumo tão dificilmente adquiridos pelo Governo para suprir as faltas devidas ao abaixamento da produção; eram esses Comissários Provinciais quem travava o escoamento da produção dos camponeses, ora fazendo promessas que sabiam não poder cumprir, ora responsabilizando os órgãos centrais das dificuldades existentes.

A sua acção de deliberada sabotagem contribuía em grande parte para o estrangulamento de toda a economia nacional, que depois utilizavam na propaganda contra o Governo e contra os dirigentes do MPLA.

A nível de Luanda e de Benguela o grupo fraccionista utiliza os órgãos do Poder Popular para o seu combate contra as estruturas do MPLA. Nito Alves e a sua camarilha pretenderam mesmo encarnar o Poder Popular, a cujas estruturas de base — as CPB — deram possibilidades que faziam delas organismos de um partido novo, oposto ao MPLA.

Desmantelados os CACs, as Comissões Populares de Bairro são tomadas de assalto por uma pléiade de fraccionistas, uma vez mais oriundos sobretudo do CIR «Certeza» e do antigo «campo de São Nicolau», tendo, à frente Manuel Neto (Mbala), Adelino Santos (Betinho) Nzamba, Agostinho Lopes, Aurelino de Oliveira (Kondeke), Eduardo Silva (Pisco), João Charula de Azevedo (Charula), Júlio, António Tavares (Beto Muanza) e muitos outros.

Na farsa eleitoral organizada por este grupo com Nito à cabeça, mais não se fez do que mascarar a verdadeira direcção das CPB com militantes honestos que cedo foram marginalizados daquela direcção. O 3.º Plenário do Comité Central não deixou de criticar o processo e de dar as directivas que se impunham.

Para apoiar toda esta acção fraccionista foi mesmo montada uma rede de apoio ao nível dos órgãos de informação onde sobressajam o extinto «Diário de Luanda» (dirigido por Virgílio Frutuoso) e alguns programas da Rádio Nacional como o «Kudibanguela» (com Mbala e Rui Malaquias) ou o «Povo em armas» (com Galiano e Nado).

O papel negativo das CPB de contestação aos órgãos dirigentes do MPLA e do Governo, de sabotagem das

decisões sobre os problemas vitais das populações, foi muitas vezes posto a claro pelo Bureau Político, sempre no desejo de chamar à razão camaradas que se desejava recuperar para o processo revolucionário.

Não poucas vezes o próprio Camarada Presidente convocava as CPB para lhes fazer sentir as posições erradas que defendiam, sobretudo quando impediam, sabotavam mesmo, que se instalassem Lojas do Povo nos bairros. Todo esse esforço foi vão e só agora se revelou que se tratava de sabotagem declarada.

Nunca as CPB se preocuparam com os problemas de habitação, de distribuição de água e electricidade, de abastecimento, nem de higiene e saúde, pois os próprios centros de saúde foram montados graças ao esforço dos camaradas da saúde extra-hospitalar.

Os problemas concretos das populações dos bairros eram desprezados em favor de uma anárquica e reaccionária actividade política, em que a demagogia, o palavreado funcionavam como arma.

A JMPLA não escapa à fúria destruidora dos fraccionistas. Luís Kitumba manipula sem dificuldade o «executivo» da JMPLA e controla uma parte dos coordenadores provinciais, bem como alguns «coordenadores» da JMPLA nos bairros de Luanda e em algumas comunas. Simulando uma grandiosa actividade, o «executivo» intromete-se em todas as campanhas com planos mirabolantes, sem que no entanto trabalhe para aproveitar o entusiasmo com que os jovens respondiam às diferentes mobilizações. Foi o que aconteceu por exemplo com as campanhas do corte de cana em que milhares de jovens que responderam às diferentes chamadas não seguiam por incúria do «executivo». Foi o que aconteceu por exemplo com as «Brigadas Henda» para alfabetização, que não tiveram da parte do «executivo» o apoio necessário que as levasse a uma acção eficaz, apesar dos meios postos à sua disposição.

O «executivo» preocupava-se mais em aparecer como um órgão dinamizador da ideologia fraccionista. Para isso editava confusos textos de «formação ideológica» e chegou mesmo a organizar reuniões, como a de Malanje em 16 de Fevereiro de 1977, em que concluiu infantilmente que o Comité Central do MPLA e o seu Bureau Político incorriam em desvios «direitistas» e «maoistas». Tais conclusões foram naturalmente «injectadas» com o mesmo infantilismo irresponsável a outros organismos da Juventude, por jovens previamente «instruídos» pela clique fraccionista.

Na UNTA o fraccionismo entrou também, procurando de uma maneira geral levá-la a agir descoordenadamente com o MPLA, o que por vezes dava a impressão de que a UNTA prosseguia objectivos diferentes dos do Movimento.

Os reflexos negativos de uma tal acção fizeram-se sentir particularmente a nível de algumas Comissões Sindicais, que instigadas por este ou aquele elemento fraccionista que as compunham, ultrapassavam as suas competências, minimizavam ou combatiam mesmo os Comités de Acção com quem deviam estudar a orientação a seguir e chegavam mesmo a interferir directamente na administração, com manifesto prejuízo das tarefas da produção e do planeamento.

Muitas dessas comissões sindicais autonomearam-se, em manifesta contradição com os princípios do sindicalismo. Alguns responsáveis da UNTA foram agentes dinâmicos do fraccionismo e contribuíram para sabotar e desorganizar o sector produtivo, quer na indústria, quer na agricultura, como aconteceu no Lobito e em Benguela, em Luanda, no Luena e noutros pontos.

Alguns responsáveis sindicais combatiam abertamente a formação de grupos de acção do MPLA nas empresas, argumentando que esse era um terreno reservado

exclusivamente à UNTA. Isso favoreceu em vários sectores a acção dos fraccionistas e também a impunidade e o oportunismo de alguns elementos fantoches.

A própria OMA e a OPA foram alvo das investidas fraccionistas ...

Foi este o condicionalismo que conduziu ao trágico golpe de 27 de Maio ...

A INTERVENÇÃO DO COMITÉ CENTRAL A INTOXICAÇÃO DOS GOLPISTAS

Zé Van-Dúnem, Nito Alves, os seus agentes no seio do Comité Central e toda a camarilha fraccionista ficaram inquietos quando o 3.º Plenário do Comité Central decidiu um inquérito sobre a actividade fraccionista no seio do MPLA e suspendeu em consequência aqueles dois membros do Comité Central. Essa decisão foi tomada na base de um relatório sobre «Organização» em que se apontava uma série de questões que dificultavam o trabalho organizativo pois dava a ideia que se estava na presença de dois MPLA, um dos quais liderado por Zé Van-Dúnem e Nito Alves. Uma Comissão do Comité Central, chefiada pelo Camarada José Eduardo levou a efeito esse inquérito.

Desde logo uma nova estratégia golpista é elaborada, prevendo mesmo o golpe militar. Para isso era preciso motivar as massas e em particular o exército, através de uma intoxicação sistemática.

No seu combate ao fraccionismo a direcção do Movimento procurou sempre a recuperação dos fraccionistas; para isso evitou sempre as medidas administrativas, utilizando de preferência o método da discussão do problema nos organismos do MPLA.

Assim aconteceu quando foi preciso neutralizar a acção corrosiva do Comité de Acção de Sector (CAS) da educação onde estava toda a equipa de Sita Vales que ousou mesmo querer controlar a reunião das Comissões Directivas Provinciais em Malanje. Assim aconteceu quando foi preciso travar um grupo de activistas do Sector Operário ligados a Sita Vales e a Nzamba, que tinham recebido a missão de montar a «organização clandestina» no sector operário.

Foi esse o procedimento com ex-dirigentes da JMPLA a quem o grupo fraccionista ia procurando envenenar, utilizando a influência que exerciam sobre Luís Kitumba. Numerosas foram as reuniões de discussão que os membros do Bureau Político e o próprio Camarada Presidente faziam com esses jovens que fingiam concordar com as conclusões a que se chegava e iam lançar caluniosos boatos junto dos militantes de base da JMPLA e do próprio MPLA.

Esse método de discussão, de crítica e auto-crítica, nos organismos do Movimento, foi tomada pelos fraccionistas como brandura e mesmo fraqueza da direcção.

Em lugar de militantemente cessarem a sua actividade fraccionista, lançaram-se na acção aberta e descarada contra os órgãos dirigentes. Agentes fraccionistas são enviados a determinadas províncias, lançar a confusão e a divisão. É tão intensa a sua actividade que chegam, como o fez Anastácio em Benguela, a apresentar-se em nome do DOM Nacional e a preparar uma reunião, à qual Nito Alves está presente por escassos minutos, em que os membros da Comissão Directiva são afastados e substituídos por um grupo de «militantes» mais susceptíveis de serem manobrados quando necessário.

Chegam a provocar reuniões entre órgãos do Movimento e do Governo de diferentes províncias para coordenação das suas tarefas clandestinas.

Certos professores confundem mesmo as crianças, dando lições inteiras (inscritas no sumário!) sobre a «obra» de Nito Alves, que é apontado como notável estratega, filósofo e poeta ...

Certos responsáveis sindicais, ao serviço de interesses não-angolanos, desencadeiam um combate acérrimo aos grupos de acção do MPLA nas empresas, que conseguem muitas vezes liquidar em benefício da «autoridade política» de duvidosas «comissões sindicais».

Avança-se descaradamente, argumentando sobre a necessidade de um «amplo debate ideológico» e quando os militantes honestos procuram fomentar um debate ideológico, encontram pela frente a mesma fraseologia oca e cada vez mais fanática que não resiste à mais ligeira análise militante, mas que confunde e sabota a possibilidade de se tirar proveito das reuniões de esclarecimento.

A onda contestatária encoraja-se e ousa mesmo lançar-se para a frente com alguns novos elementos. Já não são mais os Betinhos e os Mbalas, mas alguns responsáveis das FAPLA, pertencentes ao Comissariado Político. Neste organismo, por violações flagrantes à disciplina militar são sucessivamente suspensos pelo Estado-Maior-Geral: Galiano, Nado, Dédé e Pedro Santos. Em defesa, primeiro de Galiano e depois de Pedro Santos, são postos a circular panfletos que são profusamente distribuídos e que juntos a um terceiro panfleto, bastante volumoso, atribuído a Nito Alves e pomposamente intitulado «13 teses em minha defesa» constituem o verdadeiro arsenal das motivações que iriam criar o clima propício ao golpe de estado.

Todo esse arsenal resumia-se, por um lado, em classificar a direcção do Movimento de «social-democrata» ou de «direitista», ou de «social-chauvinista», ou de «anti-comunista» ou de «maoista» ou

de «anti-soviética», com uma argumentação desconexa, sem qualquer respeito pela verdade, nem pela história do MPLA, e sobretudo revelando uma total incompreensão das realidades da revolução angolana.

Por outro lado, o Governo, a quem se imputava a responsabilidade da falta de bens de consumo, era também considerado incapaz e reaccionário à excepção do «consequente Ministro do Comércio Interno», considerado homem de «esquerda».

Este trabalho de intoxicação permanente era acompanhado de criminosos actos de sabotagem que se praticavam em todos os organismos, sempre para convencer o Povo da inoperância do Governo.

A nível do Movimento, além da fraseologia insensata que se procurava instilar na massa militante, além de infiltrações de agentes nos organismos que se pretendiam destruir ou pelo menos enfraquecer, tentava-se estabelecer comparações entre o MPLA e alguns partidos comunistas com dezenas de anos de existência, para procurar provar desvios de linha e concepções erróneas dos dirigentes, ignorando sempre, conscientemente ou não, que o MPLA não é um partido comunista, nem sequer um partido, e que as leis universais que regeram a nossa luta de libertação não fizeram desaparecer a especificidade dessa luta mesmo no *post*-independência.

A intelectualidade fraccionista, facilmente arrastada por toda a problemática política de Portugal — e antes e depois da queda do fascismo — incapaz de se desembaraçar da mentalidade herdada do tempo colonial, portadora inconsciente de um certo «paternalismo ideológico» que frequentes vezes assume a forma de um certo neocolonialismo intelectual, incapaz de se identificar completamente com o povo angolano independente e com os militantes formados no seio do

MPLA, desprezando altivamente a maturidade e a experiência dos militantes que viveram ou dirigiram a luta durante 20 anos, essa intelectualidade tornou-se mais um dos agentes do confucionismo ideológico que veio a constituir uma sabotagem declarada à opção socialista do MPLA e às iniciativas do Comité Central que visavam realizar na prática essa opção, a partir da realização do Congresso e da decisão da criação de um Partido Marxista-Leninista.

A nível da governação, os fraccionistas, apoiados numa burocracia conservadora, travaram constantemente a concretização das decisões dos governantes. A cada passo se usava e abusava do EFU (Estatuto do Funcionalismo Ultramarino) para justificar a necessidade de preencher tal e tal formalidade, antes de cumprir as decisões revolucionárias que iam no interesse do Povo.

Ao nível da distribuição dos alimentos uma perfeita sabotagem foi organizada. O sacrifício feito pela Nação em importar bens de consumo não se traduzia por uma melhoria na sua aquisição por parte das populações. Verificavam-se estrangulamentos a vários níveis, desde as Comissões Populares de Bairro até ao próprio Ministério do Comércio Interno, e tudo isso com o objectivo declarado de provocar o descontentamento e a revolta do Povo contra o MPLA e o Governo. Quando se procurava apurar as responsabilidades, era accionado um hábil sistema de «empurra» para outros sectores que de uma maneira ou outra estavam ligados ao processo, acabando sempre por se ocultarem as verdadeiras causas do estrangulamento.

É aqui que aparece, em toda a sua nudez, o fundo criminoso de toda a tática fraccionista. Em todo o palavreado sonoro mas vazio que utilizam para se apresentarem como marxistas, há um vazio enorme que é uma constante das suas posições.

Nos seus discursos, nos seus escritos, nas suas intervenções em reuniões nunca aparece o menor indício da sua concepção económica ou qualquer referência aos problemas agudos da economia angolana.

Nunca Nito Alves ou qualquer dos chefes fraccionistas convidou a população a intensificar a produção. Nunca qualquer deles se referiu ao preocupante desgaste de divisas para aquisição de alimentação em prejuízo dos bens de equipamento de que o País tanto precisa (tractores, máquinas, transportes, etc.). Nunca qualquer deles analisou as dificuldades em quadros e a maneira de as superar. Isso era contra a sua estratégia demagógica. O que era preciso era enganar com promessas levianas e palavrosas de um socialismo de concepção livresca, que não exige sacrifícios, que é «fácil» de construir com citações dos grandes clássicos ...

O próprio desporto foi utilizado pelos fraccionistas na preparação do golpe. Recorrendo à tática já utilizada pelos patriotas angolanos no tempo do colonialismo, fortaleceu-se um clube desportivo de modo a para ele atrair a simpatia das massas, e a utilizá-lo assim como propaganda a favor de determinados objectivos. Isso foi feito com o «Progresso do Sambizanga» que incluiu no seu elenco, jogadores de qualidade, chegando mesmo recentemente a ganhar um torneio. Animado pelos fraccionistas da CPB do Sambizanga, o clube passa de um momento para o outro a ter como presidente Nito Alves e começa a planificar encontros em diversas províncias. É o próprio assassino Kiferro quem declara que o clube tinha «fins políticos» e que sob a sua capa se tinha constituido o «grupo de choque Kiferro» que durante o golpe recebeu a missão de levar a cabo missões de liquidação física e outras missões de carácter violento.

Na DISA foram infiltrados elementos com o fim de boicotar as decisões da Comissão Nacional de Segurança e sobretudo de obter informações que servissem a acti-

vidade reaccionária dos fraccionistas. Além de certas fugas de informação, não foi sem espanto que se descobriu no forro de um vestido da esposa de Bakalof toda uma colecção de fotocópias de documentos altamente secretos, que agentes infiltrados como Zé Mingas, Perré, Sambila e outros se encarregavam de subtrair dos arquivos da DISA. Esse grupo não só furtava documentos, mas tinha a missão de corromper outros elementos da Segurança, explorando sentimentos regionais, ráticos ou tribais, sempre enroupados das fórmulas ocas tipo «direitismo» ou outras do género. Ao mesmo tempo lançavam-se calúnias contra a DISA, acusando-a de prender apenas os «militantes consequentes» e de os torturar. Propositadamente ocultava-se à população os já notáveis serviços prestados pela DISA à Nação no combate à infiltração de agentes do inimigo, aos kamanquistas, aos OCAS, e tudo isso apesar da sua curta experiência. E no entanto os fraccionistas não hesitaram em criar a sua rede de espionagem que estenderam mesmo até ao nível da Presidência da República ...

Nas Forças Armadas todas as motivações foram utilizadas. O Ministério da Defesa e o Estado-Maior-Geral eram responsabilizados pelas carências em matéria de salário, fardamento, alimentação e mesmo de armamento. Os membros do Comissariado Político limitavam-se a «constatar» tal e tal situação, não fazendo o mínimo esforço para ajudar na procura de soluções que se impunham. Pelo contrário muitas vezes exacerbavam o descontentamento dos combatentes, responsabilizando sempre o Comandante, o Estado-Maior ou o Ministério da Defesa pelos males existentes.

O esforço feito pelos organismos de direcção das FAPLA para normalizar os transportes, a distribuição da alimentação e equipamento ou de fardamento, encontravam muitas vezes obstáculos a nível regional ou sectorial, que com o esforço colectivo dos quadros seriam facilmente ultrapassados. Mas alguns desses quadros preferiam deixar apodrecer as situações para

provocar o descontentamento. O mesmo se passava em relação aos subsídios dos combatentes. Incompreensivelmente algumas zonas queixavam-se de atrasos inconcebíveis e tudo isso era imputado ao Estado-Maior e ao Ministério. No próprio dia do golpe de estado verificou-se que oficiais fraccionistas guardavam (e muitas vezes utilizavam em seu proveito) as somas destinadas aos combatentes, dizendo-lhes que ainda não as tinham recebido. Nos dias que se seguiram ao golpe foram descobertos nas pastas, nos cofres e até nos bancos em nome dos fraccionistas, milhões de kwanzas que se destinavam aos soldados e que inexplicavelmente permaneciam há meses nas mãos dos responsáveis, aproveitando a circunstância de não se dispor ainda de quadros para a criação de um serviço nacional de inspecção.

É este o esquema da camarilha fraccionista, tendo em vista responder à decisão do Comité Central acerca do inquérito a Nito Alves e Zé Van-Dúnem.

A IDEIA GOLPISTA COMEÇA A TOMAR CORPO ...

Em Janeiro deste ano já Nito Alves convocara uma reunião na quinta de um seu correligionário Kindanda na qual participam Bakalof, Monstro, Zé Van-Dúnem, Juka Valentim, Mbala, Betinho, Luís Kitumba, Pedro Fortunato e outros, para uma análise do panfleto que se iria intitular «13 teses em minha defesa».

Nesse escrito, além duma avalanche de citações que preenchem dois terços do seu conteúdo, os autores (Nito e os seus pensadores) destilavam toda a animosidade que o grupo votava ao Comité Central e mais particularmente a todos os camaradas que numa ou noutra ocasião tinham formulado as suas críticas e as suas apreensões pela actividade fraccionista que em nome de Nito Alves se desenvolvia no seio do Movi-

mento. Tudo se resumia no fundo à habitual fraseologia pseudo-marxista, pretendendo fazer crer a existência no seio do MPLA de um «anti-sovietismo» ... denominador comum dos maoistas e da social-democracia insilada no seio do Movimento». Quem conhece o MPLA e a sua direcção conhece também a consideração e a amizade votadas aos Povos e aos Partidos dos países socialistas amigos, com relevo para o Povo e o Partido Comunista da União Soviética. Os fraccionistas pretendiam com esta tática não só afastar a direcção do MPLA dos partidos comunistas amigos, mas atrair o seu apoio, aparecendo a seus olhos como os melhores defensores dessa amizade.

No entanto um aspecto era digno de particular atenção. O documento panfletário continha nas suas conclusões o prenúncio da ideia golpista, traduzida pela decisão de «constituir um Comité Revolucionário de Direcção político-militar» que substituisse de imediato o Bureau Político e tomasse as medidas para licuidar todos os elementos considerados como «desvianistas».

Aprovado o panfleto naquela reunião, facilmente se encontrou o método para a sua difusão. Oficialmente seria entregue ao Camarada Presidente, ao Comité Central, às Comissões Directivas Provinciais, ao Comité Central da JMPLA e ao Secretariado Nacional da UNTA. Na realidade só a Comissão de Inquérito do Comité Central estava mandatada para receber. Mas, através da sua rede clandestina, o grupo fraccionista deu-lhe ampla difusão, à escala nacional; e mesmo a nível de certas embaixadas. Cinicamente, entretanto, o grupo fraccionista queria que o Comité Central mantivesse secreto o simples facto de que decorria um inquérito a respeito de dois dos seus membros.

Outras reuniões de «alto nível» (Zé Van-Dúnem, Nito Alves, Monstro, Bakalof, Minerva) tiveram lugar

à medida que se aproximava a data da reunião do Comité Central para análise das conclusões da Comissão de Inquérito.

Em 28 de Fevereiro o Comité Central reúne rapidamente para ouvir a Comissão de Inquérito justificar-se sobre o atraso das conclusões. Decide-se então que os trabalhos devem estar prontos até 31 de Março.

Durante o mês de Março a clique fraccionista inicia uma intensa preparação para uma manifestação ao dia da reunião decisiva do Comité Central, que impedisse a previsível sanção de Nito Alves e Zé Van-Dúnem. Em fins de Março, reuniões entre os organismos intermédios da organização clandestina já começam a precisar as formas que tomará a referida manifestação. Prevê-se a necessidade de agitar as massas brandindo o espectro das dificuldades de abastecimento, as bichas, as carências nas FAPLA, os «desvios ideológicos» dos dirigentes.

Toda essa actividade sofre uma pausa com o adadamento da reunião do Comité Central em virtude da visita presidencial à Jugoslávia e à Polónia.

As CPB, os núcleos infiltrados no MPLA e os elementos do commissariado político recebem no entanto directivas precisas para levarem por diante a agitação das massas.

Quando finalmente se fixa a reunião para 20 de Maio, o plano golpista começa a precisar-se. Uma nova reunião preparatória alargada tem lugar em princípios de Maio, desta vez em casa de Nito Alves, com um ponto na ordem de trabalhos: «Preparação da Insurreição Popular Armada». Presentes na reunião: Nito Alves, Zé Van-Dúnem, Bakalof, Monstro, Minerva, Loló Kitumba, Pedro Fortunato, Santos Neto (Nzamba), Betinho e outros.

Após uma análise da situação política, militar e social feita pelos cabecilhas, Nito, Monstro e Minerva, entra-se cautelosamente na preparação do plano. Conclui-se que «Malanje será o palco da insurreição», para logo em seguida Luanda apoiar e dar o «golpe decisivo». O representante de Malanje não dá garantias do resultado, pois receia que as FAPLA de Malanje não apoiem. No entanto compromete-se a ir avaliar as possibilidades *in- loco*. O Comissário Provincial de Malanje chega a percorrer com essa finalidade alguns bairros onde faz comícios de agitação, imediatamente desfeitos pelos camaradas responsáveis das FAPLA que desmascaram as intenções golpistas do Comissário Provincial e de alguns responsáveis do Movimento, que se tornam objecto da ira da população.

Em Luanda porém, das reuniões particulares a nível dos bairros, do sector intelectual, dos ministérios, passa-se à fase da «agitação das massas». A pretexto de uma busca no Bairro Sambizanga, provoca-se uma chamada «assembleia popular de bairro» com uma reduzida participação mas que aprova determinadas moções violentas contra o MPLA, contra as FAPLA e a DISA, contra o Governo. O processo está engajado. Os fraccionistas infiltrados nas Comissões dos Bairros «Patrice Lumumba», «Nelito Soares», «Operário», «Rangel», «Neves Bendinha», «Prenda», convocam sucessivamente as «suas» assembleias populares para se solidarizarem com a do Sambizanga.

Apesar da reduzida participação popular nas ditas «assembleias», as «moções», de tom cada vez mais violento, são profusamente disseminadas pela população de Luanda. Os reaccionários tradicionais lançam-se também no processo, procurando tirar partido da situação e publicando os seus próprios panfletos contra o Governo e o MPLA.

Uma vez mais, o Camarada Presidente, ladeado de responsáveis das FAPLA e da DISA, convoca a CPB

do Sambizanga para inquirir o fundamento de alguns alegados abusos que teriam sido cometidos durante a busca contra a população. Acompanhados de responsáveis do Estado-Maior-Geral e da DISA, os membros da CPB do Sambizanga vão mostrar os elementos da população que teriam sido objecto de abusos durante a busca ali efectuada. Tudo era mentira. Esses elementos elogiaram a correcção dos combatentes que participaram na busca.

O Bureau Político encarrega a Comissão Directiva de Luanda de tomar a seu cargo o combate à actividade anti-militante das referidas CPB. A Comissão Directiva de Luanda, ela própria tocada pelo fraccionismo, revela-se incapaz de esclarecer as massas sobre a verdadeira natureza de tão maquiavélica manobra. Uma certa apreensão começa a fazer-se sentir sobretudo a nível de Luanda, mas também em algumas províncias para onde os fraccionistas enviavam sistematicamente os seus emissários.

À medida que se aproxima a data da reunião do Comité Central, maior nervosismo vai atingindo as hostes fraccionistas. Já estão tocados alguns responsáveis de parte das unidades militares estacionadas em Luanda, sob o pretexto de que «o povo vai manifestar no dia 20 e é preciso que as FAPLA protejam o Povo contra o CPPA».

No espírito dos cabecilhas o primeiro plano do golpe era simples: o Comité Central reuniria no Museu perto do Kinaxixe. Provocar-se-ia uma manifestação popular na área do Museu que, após uma conveniente agitação na base dos problemas anteriormente levantados, exigiria a demissão do Comité Central, do Governo, daria vivas a Nito Alves e Zé Van-Dúnem e isolaria o Presidente.

Com o Museu cercado de manifestantes (não seriam necessários mais de algumas centenas) prevendo-se

que a Guarda Presidencial pudesse abrir fogo, os blindados e alguns grupos de militares apareceriam a pretexto de proteger o povo. O desfecho deste inteligente plano não é difícil de prever.

As disposições dos diferentes implicados, quer a nível das CPB, quer a nível das FAPLA, mostram a intensa actividade e as hesitações que precederam a preparação deste golpe.

Para os golpistas, o triunfo em Luanda era decisivo. As províncias, no seu entender «acabariam por aderir». No entanto, para algumas províncias, saíram emissários a explicar os preparativos do golpe, a data prevista e as missões que se esperava fossem cumpridas pelos núcleos fraccionistas provinciais.

OS TRÊS GOLPES FALHADOS

Chega o dia 20 de Maio. Inesperadamente para os golpistas, a reunião do Comité Central não se realiza no Museu mas no Futungo de Belas, o que faz falhar o primeiro plano. Alguns dos cabecilhas não escondem a sua irritação por esta inesperada mudança.

Durante a reunião, todas as táticas dilatórias utilizadas pelo duo inquirido não tiveram qualquer sucesso. Nito Alves chega a pedir um adiamento de três dias «para poder ler as conclusões da Comissão de Inquérito», de que aliás já tinha tido conhecimento através de Monstro Imortal, que fazia parte da comissão. Isso permitir-lhes-ia refazer um novo plano. O Comité Central não embarcou nessas águas turvas.

Cedo foi posta a nú toda a actividade fraccionista dos dois inquiridos. O Comité Central permitiu ainda um dia de reflexão que foi nervosamente aproveitado pelos cabecilhas para reverem o plano golpista. Novas con-

sultas tiveram lugar nesse intervalo entre Nito Alves, Monstro, Bakalof, Van-Dúnem, Minerva e os seus lugar-tenentes.

No próprio dia 20, Vicente Fortuna, (do Comissariado Político das FAPLA) vai apressadamente tentar romper o Director da Escola «Benedito» (no Futungo) que não tinha sido prevista no primeiro plano e que agora assumia importância particular, dada a súbita mudança de local da reunião.

Não foi feliz nessa tentativa e voltou a insistir no dia 21, não obtendo ainda resposta favorável. Nesse mesmo dia 20, às 22 horas, o José Borges (Van Troi) e outros vão raptar o capitão Yaya (Jacinto Anselmo) para o obrigar a participar com os BRDM sob o seu comando numa eventual «protecção à população».

No comício da Cidadela, dia 21 à tarde, o Camarada Presidente deu a conhecer a todos os militantes do País a decisão do Comité Central de expulsar os dois elementos fraccionistas e de dar «um combate verdadeiro e sério a todos os fraccionistas». Ficou porém explícita a decisão de procurar recuperar para o MPLA estas «ovelhas transviadas». Ainda aqui era respeitada a filosofia do MPLA, de dar oportunidade aos militantes que erraram, de se redimirem.

Mas os golpistas não abandonam os seus intentos. No próprio sábado, dia 21, Manuel Casselo (Bajé) vai a certas unidades transmitir uma «pseudo-ordem» do EMG para que «todas as unidades da área de Luanda estivessem preparadas para proteger a população em caso de manifestação».

Domingo 22 e Segunda 23 os grandes cabecilhas não descansam e decidem-se por um verdadeiro «golpe de estado militar». Para isso era preciso garantir a participação do maior número de blindados. É contactado o comandante da Companhia de Reconhecimento, que

por sua vez garante a participação de Kandoca, chefe Estado-Maior do Batalhão de Intervenção e Reconhecimento. As perspectivas apareciam aos golpistas como favoráveis. O golpe é agora marcado para o dia 25 às 4 horas da manhã.

O papel da população que os fraccionistas utilizavam a seu bel-prazer, sem qualquer respeito, seria agora de apoiar a acção das FAPLA. Decidiu-se não mais salvaguardar o nome do Camarada Presidente. Os inimigos agora eram o Comité Central, o Governo e o próprio Camarada Presidente.

No dia 24 tem lugar a última reunião para análise do plano geral em casa de Bajé, no Bairro Palanca. Durante a discussão do plano vêm ao de cima todas as insuficiências, que provocam certa irritação dos militares. Na reunião estão presentes Nito Alves, Zé Van-Dúnem, Bakalof, Betinho, Mbala, Manuel José Veloso. Nito Alves dá as directivas finais. 1.º — Liquidação de Iko, Lara, Ludy, Pakavira e Onambwe; 2.º — Ocupação da cadeia de São Paulo, da Rádio Nacional e do «Jornal de Angola» (os militares põem dificuldades sobre a primeira directiva, por falta de efectivo e por falta de reconhecimento); 3.º — Saída das massas em apoio às FAPLA; 4.º — Proclamação do novo Governo.

Às 4 horas os militares não saíram! Nito Alves e Bakalof, que aguardavam o resultado do golpe na quinta do Domingos Francisco (Kindanda), vêm a Luanda e convocam uma reunião no Bairro da Cuca com os militares Van Troi, Pombal, Sianuk e alguns oficiais da DAA (Defesa Anti-Aérea). Na reunião Nito Alves insurge-se contra a falta de brio e de coragem dos militares que não cumpriram o plano, após o que se reúne com Monstro e Zé Van-Dúnem para análise da situação e novas decisões. Pela tarde voltam a reunir no bairro da Cuca os mesmos da manhã e ainda Veloso, Baptista Neto (Faisca), Bajé, Tiago, Betinho e Emanuel Silva (Luís Kitumba).

Por sua vez Van Troi reúne em sua casa com Kindanda, António Lourenço, Bajé, Veloso, Nado e Juka Valentim, enquanto Luís dos Passos reúne no Comissariado com os elementos que deviam formar os comandos da morte: Gama, Chiquinho, Fernando Borges (Kiokissaba).

Em resultado destas reuniões de análise e balanço decidem pensar numa nova data que não deve ser distante, e Nito Alves parte para Caxito ... para reflectir.

O dia 26 será decisivo. O plano pacientemente preparado durante cerca de três anos teve afinal de ser posto em execução quase sobre o joelho. Betinho e o grupo das CPB perdem a confiança nos militares e voltam ao esquema do dia 20: «insurreição popular seguida de intervenção militar a pretexto de protecção ao povo».

Juntamente com António Tavares (Beto Mwanza) e Charula, guiados por Anselmo Mesquita (Sianuk) partem para Caxito e expor o novo plano a Nito que nas Mabubas, reflecte sobre as possibilidades de êxito do golpe. O plano do grupo das CPB escolhe o dia de sábado, 28, para a operação. O Bairro Sambizanga iniciaria a movimentação de massas, outros bairros enquadrados pelos conhecidos agitadores das CPB seguir-se-iam. O apoio militar seria comandado por Sianuk. Nito Alves concorda com o plano. Decidem todos regressar de imediato a Luanda para reiniciar todos os preparativos.

Betinho é encarregado de contactar determinados elementos do corpo diplomático e preparar os agitadores das CPB. O grupo de João Ribeiro (Kiferro) é mobilizado como grupo de choque, com a missão de prender e assassinar determinados responsáveis. Luís Kitumba vai tentar mobilizar elementos da JMPLA dos bairros, Charula deverá alertar o grupo dos intelectuais e função pública.

Prevê-se uma reunião para análise da marcha dos preparativos às 21 horas na casa situada na área da Cuca.

Entretanto, desde a véspera, Zé Van-Dúnem, o verdadeiro cérebro do golpe, não tem descanso. Espicaçado pelas críticas de Nito Alves aos militares, Zé Van-Dúnem, coadjuvado por Nado e Juka Valentim desenvolve uma actividade febril toda a noite e todo o dia 26.

Com ajuda de Luís dos Passos e Rafael dos Santos das FAPA constitui três «comandos da morte», que serão chefiados por estes dois responsáveis e Sidónio Borges da DISA e dos quais participarão entre outros Manuel Albino, Gonzaga, Chiquinho, Pico, Madiwana, Kahalo, Barreira da Morte, Katalahady e elementos da guarnição do Comissariado Político. Estes grupos deverão liquidar os responsáveis do Comité Central, do Estado-Maior e da DISA visados, segundo um plano preparado por Manuel Gomes, um antigo «comando» que Nito Alves coloca na supervisão dos assassinatos.

Às 9 horas Zé Van-Dúnem reúne com os oficiais Veloso, António, Bajé, Manuel Mateus (Terrível), José Domingos (Zeca Ndongo), João Francisco (Chico Kalunga), com quem analisa as insuficiências da preparação anterior.

Às 10 horas, no Bairro Kassequel, com Paulo Teixeira (Diabo), António Narciso (Escorpião), Veloso, Virgílio Neto (Gilo), Pombal, Xandoca e estabelece um plano de acção para o dia 27, distribuindo tarefas a cada oficial.

Às 14 horas e 30 minutos com os mesmos oficiais, analisa o plano de coordenação da acção dos militares e dos civis.

Às 21 horas, na Terra Nova, reúne com António Caeiro, Escorpião, Diabo, Luís Kitumba, Domingos Vitorino (Gato Imortal), Xandoca, Pombal, Gilo e outros, para ver a acção conjunta dos elementos das diferentes unidades, da DISA, dos elementos da JMPLA e dos das CPB, bem como do equipamento e armamento a utilizar. Aí foi estudada a movimentação dos blindados BRDM para São Paulo, para a Rádio Nacional, para o Grafanil e estrada de Catete, tendo também sido prevista a utilização do canhão 8/8 que o grupo de artilharia do Grafanil deveria preparar.

Paulo Pedro (Paulito) da DAA, recebeu a missão de proteger o Aeroporto e a Costa Marítima!

É constituído o Comando Operacional com Bajé (6.^a R), Veloso (PM) (que assumiu depois o comando,) Sianuk, Paulito (DAA), Bonfim (G. Art.) Pombal (PM), Gonçalo Almeida (Carrapaz) (9.^a Brig.), Raul Pereira (Fenómeno) (9.^a Brig.), Faisca (Engenharia), Jones (G. Art.), António Lourenço (Reconhecimento), Virinha (Destacamento Feminino).

O golpe iniciar-se-ia, pois, às 4 da manhã. Todos os oficiais deveriam estar nos quartéis a motivar as suas tropas para ficarem de prevenção. As motivações e as primeiras acções seriam: «As massas iriam manifestar e seria necessário protegê-las; a sabotagem económica de alguns membros do Governo; as «injustas» prisões de «militantes consequentes» como Galiano, Santos, Xico-Zé, Nzamba e outros; exigir a reintegração de Nito Alves e Zé Van-Dúnem; a necessidade de modificar o Governo e os órgãos centrais do MPLA; atacar com um blindado a cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão para libertar os presos; ocupar a Rádio Nacional e com auxílio dos membros do Kudibanguela e algum pessoal ligado ao grupo, lançar para o ar palavras de ordem adequadas. Entretanto os «comandos da morte» deveriam liquidar os dirigentes previstos e todos os comandantes que apoiavam o Presidente;

enquanto isso os elementos das CPB obrigariam os trabalhadores a concentrar-se no Palácio, mobilizando para isso todos os machimbombos e camionetas que aparecessem.

Quando o povo se concentrasse no Palácio, Monstro, que se conservaria no Ministério da Defesa e Bakalof que acompanharia Nito Alves, deveriam intimar o Presidente a demitir-se e a destituir o Governo e o Bureau Político após o que anunciariam aos «manifestantes» que Nito Alves ia ler nesse momento uma proclamação pela Rádio, já como «Presidente da República». Previam que se o Presidente não aceitasse as suas exigências, como pensavam, seria morto. O rascunho da «proclamação» foi encontrado com Sita Vales, escrito pelo seu punho. Começava com as seguintes palavras: «Povo Angolano: o Governo acaba de ser derrubado». Depois de falar na «fome, miséria e repressão» dizia que «as massas populares e as gloriosas FAPLA proclamam a todo o País a Insurreição Popular Armada». E não se esquece no final de «decretar o Estado de Sítio».

O Governo formar-se-ia depois, mas desde já Zé Van-Dúnem era apontado como Primeiro-Ministro e Monstro como Ministro da Defesa, Minerva e Pedro Fortunato deveriam «explicar» o golpe às embaixadas e pedir o seu reconhecimento imediato.

Alguns Comissários Provinciais seriam chamados a virem participar num novo Governo.

Assente esta planificação, Zé Van-Dúnem vai encontrar Nito Alves na reunião da casa da Cuca no momento em que está em estudo o «plano dos civis» a ser executado no sábado dia 28. Zé Van-Dúnem declara que tal plano está ultrapassado, pois os militares retomaram a responsabilidade do golpe nas suas mãos e vão desencadeá-lo nessa madrugada.

Exposto o plano, que é aceite por Nito Alves, são imediatamente dadas as directivas ao grupo das CPB que parte para contactar imediatamente os homens dos outros bairros que enquadrarão a manifestação popular. De notar que toda essa gente sabia de véspera que o golpe teria lugar: cochichava-se de ouvido para ouvido a sua infalibilidade.

Bakalof vai nessa noite ter um último encontro com Monstro para lhe expor o plano final (Monstro não aparecia nas reuniões de muita gente e só Bakalof, Nito e Zé, mas principalmente Bakalof, discutiam assuntos conspirativos com ele).

As 0 horas e 30 minutos do dia 27, ainda Zé Van-Dúnem tem uma última reunião com Veloso, Nancy, Bonfim, Pombal, Diabo, Da Chica, António, Jones e mais três da DISA.

Aprovado finalmente o plano, os chefes máximos partem para o seu Posto de Comando na Quinta do Kindanda à espera dos acontecimentos.

No início tudo decorre mais ou menos como previsto. Alguns disparos anárquicos, em alguns bairros, criam o clima de agitação com que contavam os golpistas. O blindado que ataca a prisão arromba o portão e metralha contra a forte resistência oposta pelos camaradas da DISA e mesmo por alguns prisioneiros recuperados. Muitos prisioneiros fogem, inclusive prisioneiros da Unita e da Fnla. Os mercenários, alguns prisioneiros da Revolta Activa e da OCA recusam-se a fugir. O camarada Hélder Neto e o camarada Adelino Quintino tombam gloriosamente no seu posto.

Outros blindados percorrem anarquicamente algumas ruas da cidade, antes de ocuparem a Rádio Nacional.

Os trabalhadores a caminho do seu trabalho encontram barreiras que os impedem de continuar e os

empurram para o Palácio. A maioria deles recusava-se, outros iam sem perceber. Uma minoria acompanha os golpistas fazendo barragens, ocupando viaturas, lançando palavras de ordem divisionistas, dando vivas a Nito Alves.

A Rádio foi finalmente ocupada cerca das 8 horas, com a presença de dois blindados e o gupo «Kudibanguela» auxiliados por alguns elementos fraccionistas da própria Rádio, começa a lançar para o ar a estranha fraseologia do fraccionismo que logo alertou e inquietou todo o Povo, de Cabinda ao Cunene.

Os Camaradas Ministro e Vice-Ministro da Defesa, Director Nacional da DISA, Comandante Geral do CPPA, assim como outros responsáveis do EMG, DISA e CPPA cedo são alertados do que se estava a passar através das Unidades da Rádio Patrulha. Enquanto alguns preparam as forças a contrapor ao golpe, outros vão visitar as unidades para terem uma avaliação correcta da situação. É nessa operação, aliás, prevista pelos golpistas, que os Camaradas, Comandante Paulo da Silva Mungungu (Dangereux), membro do Comité Central e do Estado-Maior-G-eral das FAPLA e Comandante José Manuel Paiva (Bula), chefe adjunto do Estado-Maior-Geral das FAPLA são presos no quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9.^a Brigada, tendo-se salvo *in-extremis* da mesma sorte o camarada comandante Xietu, chefe do Estado-Maior-Geral. Sucessivamente outros camaradas vão caindo em emboscadas preparadas com as barragens em certas ruas, tal como aconteceu aos camaradas comandante Eugénio Veríssimo da Costa (Nzaji), membro do Comité Central e Chefe da Segurança das FAPLA, comandante Ciel da Conceição (Gato) director do Porto de Luanda, Comandante Geral do CPPA André Pitra (Petrof) e major Saydi Mingas, membro do Comité Central e Ministro das Finanças.

Alguns grupos de choque procuram raptar ou liquidar responsáveis, como aconteceu com o grupo civil que foi a casa do comissário político Tetembwa do CPPA, onde foram presos o comandante Eurico Gonçalves, membro do Estado-Maior-Geral e o camarada António Garcia Neto, director da Cooperação Internacional, e com o grupo de «comandos» que foi a casa do camarada Carlos Jorge, da DISA e que não o tendo encontrado, feriu a tiro a sua esposa.

Os golpistas também tomam o Centro da Rádio Patrulha do CPPA e roubam algumas das viaturas-rádio, dificultando as operações de controlo.

Entretanto as massas não apoiaram a «manifestação» e as centenas que ainda chegaram às imediações do Palácio encontraram a via barrada.

Os golpistas que ocupavam a Rádio Nacional tentam uma nova manobra: concentrar os «manifestantes» em torno da Rádio Nacional, e isso porque prevêm o insucesso do golpe e receiam que as FAPLA venham cercar a Rádio. Mais uma vez o Povo só lhes servia de trincheira.

Os camaradas Ministro e Vice-Ministro da Defesa e Director Nacional e Director adjunto da DISA, em contacto permanente com o camarada Comandante-em-Chefe, preparam de imediato o plano de liquidação da intentona que por razões de ordem nacional teve de começar pela libertação da Rádio, para que a Nação inteira se tranquilizasse. A aglomeração de alguns populares perto da rádio e a preocupação de não fazer vítimas (já que o infantilismo dos golpistas tinha até ali causado uma dezena de mortos e meia centena de feridos) obrigou a que as nossas forças comandadas pelo comandante Onambwe e pelos capitães Zé Maria, Ari dos Santos e Marcelino, apoiados pelos majores Nini, Katondo e Rui de Matos, agissem com a maior prudência, quer na tomada da rádio, quer na tomada do

quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9.^a Brigada, de onde os bandidos golpistas haviam retirado à pressa os camaradas comandante Dangereux, comandante Nzaji, major Mingas, comandante Bula, comandante Eurico, comandante Gato e camarada Garcia Neto, cujos corpos apareceram mais tarde selvaticamente carbonizados, juntamente com o camarada Cristino Santos, do Comité de Acção do Sambizanga e do combatente das FAPLA, João Rodrigues. Os depoimentos indicaram que eles foram fuzilados por ordem directa de Nito Alves.

O comandante Gato, que foi dado como morto após a chacina e metido num dos carros que transportava os cadáveres e foram em seguida incendiados, conseguiu, apesar de gravemente ferido, sair por si só da viatura incendiada e chegar ao Porto, de onde foi levado para o Hospital Militar.

Tomada a Rádio e o Quartel do Batalhão de Reconhecimento da 9.^a Brigada, já com os golpistas em debandada, passa-se à normalização da situação na Rádio Patrulha do CPPA e em São Paulo, enquanto se procurava indícios sobre o local onde estariam os responsáveis desaparecidos. Logo que houve informações de que estavam no Sambizanga, as nossas forças dirigiram-se para lá, sem terem conseguido localizar a casa onde estavam escondidos. Entretanto já tinham sido assassinados.

Os golpistas desorientados escondiam-se por toda a parte, abandonando armas e fardas, mas acabando por ser apanhados pelas brigadas das FAPLA, da Segurança e por elementos da população.

A maior parte do estado maior golpista começa a debandar em direcção do Grafanil e Viana. Zé Van-Dúnem e Galiano, que tinham estado na manhã de 27 a mobilizar o Grupo de Artilharia da 9.^a Brigada no Grafanil, fogem de lá às 13 horas para a quinta do

Kindanda. Ali se encontra grande parte dos responsáveis em fuga que decidem ir para a Primeira Região. Bakalof é um dos primeiros a partir, quando ao entrar no controlo do Cacuaco, ainda convencido do sucesso, ouve o Hino Nacional que anunciava a libertação da Rádio.

Nito Alves parte da quinta do Kindanda para o Piri onde vai encontrar Bakalof e uma vintena de outros fugitivos. Zé Van-Dúnem e Sita Vales são levados para uma pequena lavra na área de Kiambata que fica aliás na via utilizada por todos os transfugas (Maria Teresa, Cerca, Pango, Kibaxe, Piri).

Veloso e mais um grupo são apanhados por populares quando iam a pé para Maria Teresa. Um a um, vão sendo presos os responsáveis desta sinistra aventura, de curta duração, mas que feriu profundamente a massa militante e o Povo inteiro.

Entretanto, nas Províncias, todo o Povo e todos os militantes acompanharam com ansiedade o desenrolar dos acontecimentos e rejubilaram logo que ouviram a Rádio Nacional a anunciar o restabelecimento da ordem.

As previsões dos núcleos fraccionistas em algumas Províncias foram um fracasso. Em Malanje o Comando do Sector das FAPLA, bem antes do dia 27, já tinha neutralizado a acção fraccionista do Comissário Provincial e alguns responsáveis do MPLA, da JMPLA e da OMA, que tentaram pôr-se em fuga após o insucesso.

Em Benguela e no Lobito a vigilância dos militantes impediu que o Comissário Provincial e os seus colaboradores pudessem exercer qualquer acção.

No Bié, o membro do Comité Central Jamba ya Mina, em conjunto com o Comissário Provincial, responsáveis

da DISA e da Comissão Directiva neutralizaram a acção de dois responsáveis militares que pretendiam ocupar a Rádio local e o Comissariado.

No Huambo e na Huíla os núcleos fraccionistas não tiveram tempo nem ambiente para se manifestarem, devido à acção imediata dos Comissários Provinciais e dos responsáveis das FAPLA e da DISA.

No Kwanza-Norte e no Kwanza-Sul os Comissários Provinciais, ambos afectos ao fraccionismo, nada puderam fazer graças a vigilância dos militantes. O Comissário Provincial do Kwanza-Norte estava combinado com o de Malanje, acerca da acção, após o golpe em Luanda.

No Uíge, para onde Nito Alves tinha enviado um emissário avisar o ex-oficial Tonton para que ele viesse ao Piri em socorro dos fugitivos com uma força de 50 homens (!), a intervenção oportuna dos responsáveis provinciais da DISA impediu qualquer veleidade da parte do mesmo Tonton.

No Moxico a tentativa levada a efeito pelo núcleo fraccionista, ali existente, de apoiar o golpe em Luanda foi prontamente reprimida pelos responsáveis combatentes das FAPLA.

Em Cabinda, na Lunda, no Zaire, no Kwando Kubango, em Moçâmedes e no Kunene nada houve de especial a assinalar, à parte a detenção deste ou daquele fraccionista notório.

AS NOVAS TAREFAS DA REVOLUÇÃO

O Camarada Presidente foi explicando o desenrolar dos acontecimentos à Nação inteira, brutalmente ferida por tão vil traição.

O Povo inteiro de Angola exigiu que os crimes abomináveis cometidos por este bando de aventureiros, traidores e ambiciosos fossem castigados com a maior severidade e sem perdão.

A perda irreparável que constitui o desaparecimento de tão altos e valiosos responsáveis para uma jovem Nação em que os quadros revolucionários valorosos e simples são escassos, a situação de perigo que corremos num momento em que o inimigo concentra forças nas nossas fronteiras, disposto a prosseguir nas provocações que levem à desestabilização do nosso País e ao mesmo tempo dos Países da Linha da Frente e dos Movimentos de Libertação da Namíbia, do Zimbábwe e da África do Sul, os preparativos que antecederam a consecução do golpe e que insistiam na divisão dos militantes e na divisão do povo através de uma teia de calúnias criminosas, as ligações estranhas com numerosos elementos estrangeiros onde a manipulação imperialista não conseguiu, apesar de tudo, passar despercebida, todos estes factores obrigaram a que fosse declarado o «estado de excepção» que permitiu desde logo cortar cerce todas as veleidades de novas tentativas de golpe que viessem a ser forjadas, para aproveitar a situação perturbada que gerou.

Um Tribunal Militar Especial foi criado para julgar os implicados no traiçoeiro golpe de 27 de Maio e corresponder ao sentimento nacional de castigar sem perdão todos quantos revelassem responsabilidade na sua organização e execução.

O povo angolano inteiro e muitos países amigos se associaram à dor profunda dos familiares e camaradas dos que tombaram gloriosamente.

Este doloroso acontecimento não deixou de traduzir-se em mais uma extraordinária vitória do MPLA sobre os seus inimigos. Postos uma vez mais à prova de uma forma tão violenta, quanto inesperada, os militantes

do MPLA, guiados pela inabalável firmeza do Camarada Presidente Agostinho Neto, souberam vencer as dificuldades e, melhor temperados que nunca, prosseguir nas tarefas prementes de combate aos fraccionistas, da Reconstrução Nacional, da Preparação do Congresso e da marcha irreversível para o Socialismo.

O tempo ajudará melhor analisar a imensidão desta acção anti-MPLA.

O seu insucesso salvou Angola e o Povo inteiro, de dramáticas consequências que arrastariam a Nação para uma catástrofe incomensurável. Se já o plano do golpe previa os assassinatos, que aconteceria se os golpistas pudessem actuar por mais algumas horas? Que consequências resultariam de um sucesso ainda que limitado do plano golpista? Que seria das estruturas que lenta, mas seguramente vão sendo criadas a nível da governação? Que seria da nossa ainda débil economia que pouco a pouco se vai reconstruindo? Os projectos da Habitação, da Saúde e da Educação seriam completamente deitados por terra, e a verdade é que o plano golpista não passava além da Proclamação na Rádio Nacional. Nada foi previsto em benefício do Povo, a favor da Reconstrução Nacional. Nito Alves, Zé Van-Dúnem e os seus sequazes só foram capazes de prever a destruição do que se está a construir.

Quais as consequências para a independência nacional e para a integridade territorial do nosso País? A ninguém escapou que durante os dias previstos para o golpe, as nossas fronteiras do Norte e do Sul foram objectos de graves provocações, violações e mesmo um aumento da concentração de tropas zaienses e sul-africanas. Como souberam esses países o que se iria passar?

O mundo inteiro deu-se conta das declarações do presidente do Zaíre a favor do golpe e de Nito Alves. Que esperava o Zaíre deste golpe?

Savimbi e os seus agentes imediatamente apoiaram o golpe, manifestando terem conhecimento do que se iria passar.

De Londres um estranho representante de Nito Alves anunciou que se deslocava a Paris para encontrar elementos da Unita ...

As chancelarias ocidentais estavam optimistas quanto às vantagens que o sucesso do golpe traria aos interesses capitalistas.

Qual era afinal a verdadeira natureza de um golpe de estado que era ansiosamente aguardado e habilmente manipulado pelo imperialismo internacional? Quem passariam a ser os novos aliados da República Popular de Angola?

A resposta a estas perguntas está na boca de todos os militantes do MPLA e de todos os patriotas: o golpe de 27 de Maio foi um golpe reaccionário e visava liquidar a Revolução Angolana e o MPLA.

Aos militantes não poderá escapar um aspecto chocante de todo este processo. Quem foram os verdadeiros intervenientes? Não foi o Povo trabalhador ... Não foram os operários. Não foram os camponeses ... Na sua maioria foram jovens elementos de diferentes camadas da pequena burguesia angolana, e elementos dos mais privilegiados da nossa juventude, que tiveram uma vivência comum na clandestinidade, quando estudantes, no «campo de São Nicolau», quando prisioneiros políticos, ou no CIR «Certeza», para onde partiram alguns deles já depois da 1.^a Guerra de Libertação, em busca do romantismo da vida guerrilheira, aliás, já no fim.

Quem são Zé Van-Dúnem, Nito Alves, Minerva ou Luís Kitumba senão a expressão de uma camada privilegiada e elitista da actual sociedade angolana (e não

só da actual ...). Quem são Nado, Valentim, Galiano? Qual a situação de classe de um Bakalof, originário sem dúvida de uma raiz camponesa, mas tendo tido uma vivência que o situou noutra condicionalismo de classe? Quem são Sita Vales, Rui Coelho, Nzamba ou King ou o próprio Kindanda — dono da quinta que servia de Centro operacional? Quem são, de onde vêm todos esses activistas do fraccionismo que na função pública ou no sector operário desacreditavam os responsáveis do MPLA?

Toda esta gente utilizava um vocabulário ultra-marxista e no entanto a sua vida privada e a sua prática militante muito deixavam a desejar.

Todos eles eram mestres em perorar sobre a problemática da luta de classes, sobre a necessidade de liquidar a pequena-burguesia mas, como disse Betinho no seu depoimento, nenhum deles tinha quaisquer dificuldades de salários, habitação ou abastecimento e todos eles eram representantes dessa pequena burguesia a que diziam votar tanto ódio. Viu-se, aliás, que ao nível de algumas cooperativas das CPB, eram estes incorrigíveis fraccionistas quem travava a distribuição dos géneros para os sócios, sem se coibir de ir às escondidas abastecer-se e à sua família.

O campesinato não foi atingido pelo fraccionismo, se exceptuarmos um ou outro elemento que tenha aderido por tribalismo ou regionalismo.

O sector operário, à parte uns elementos da têmpera de um Gama (da Sacma), de um Jubaru (da Induve), de alguns poucos deste quilate e de algumas comissões sindicais, não se deixou arrastar na aventura, nem se deixou enganar com os chamados «consequentes».

Em contrapartida foi no lumpenato de Luanda que o fraccionismo foi buscar muito do pouco apoio que teve o golpe de estado e até foi nele que baseou uma parte

das acções violentas que tiveram lugar. Muito desse lumpenato foi retirado pelos golpistas das cadeias onde cumpriam penas de delicto comum.

Os fraccionistas desenvolveram largamente o tribalismo, o regionalismo e o racismo, para conseguirem os seus objectivos.

Hoje, que o fraccionismo foi batido, é importante que a luta contra essas taras da sociedade seja feita em bases militantes e dentro de uma compreensão exacta do problema, em termos de luta de classes.

Os militantes dos grupos de acção devem estar atentos a esse problema e denunciar em cada momento a prática dessas atitudes, em particular por parte daqueles que vêm na derrota do fraccionismo ocasião para darem novamente largas ao seu oportunismo, pelo assalto a situações de privilégio.

Por outro lado as forças reaccionárias pretendem aproveitar a actual situação para levantarem a cabeça, o que exige, de todos os militantes, um combate imediato e eficaz para as neutralizar.

À semelhança de outros países africanos, também Angola conheceu uma dolorosa experiência com as chamadas esquerdas do antigo país colonizador, que vieram para Angola ou aqui se encontravam já, em franca oposição com o colonizador, mas que depois da independência continuaram a não acreditar na capacidade dos angolanos se governarem e praticaram o paternalismo ... de «esquerda», erigindo-se em mentores ideológicos da nossa juventude, a quem transmitiam os esquemas da luta política em Portugal, esquecendo-se de que, aqui, tudo era diferente, principalmente o Povo, que já não era obrigado a considerar-se português. Além de toda essa actividade pretensamente de esquerda, assumiu neste processo uma forma e um conteúdo profundamente reaccionários.

O imperialismo não deixou de estar presente em todo este processo. Com mão cautelosa, ele soube, no momento oportuno, accionar aqueles que facilmente se deixariam cair na sua órbita, para criar uma situação que só a ele poderia favorecer. Os próximos meses trarão ao de cima os elementos concretos da intervenção imperialista nesta trama, onde um pseudo-esquerdismo serviu de cortina à participação imperialista.

Os militantes do MPLA souberam parar o golpe violento que lhes foi desferido e preparam-se, desde já, para curar as feridas e intensificar as acções que fortaleçam o nosso processo revolucionário.

Nestas horas graves foi decisivo podermos continuar a contar com a amizade internacionalista dos países socialistas, como por exemplo a URSS, em particular, dos camaradas cubanos, cuja presença terá impedido que o cerco imperialista tirasse proveito da situação criada e nos trouxe pela mão amiga de um alto responsável, o gesto de solidariedade.

Com o fraccionismo ferido de morte, resta aos militantes do MPLA dar-lhe o golpe final que permita passar rapidamente às tarefas prioritárias de organização do Movimento e organização do Estado.

Hoje, mais do que nunca, cai sobre os grupos de acção e sobre os activistas, a responsabilidade enorme de desencadear um processo dinâmico que rapidamente refaça as estruturas do MPLA.

Liquidada a verborreia fraccionista é necessário aprofundarmos seriamente o estudo dos fundamentos marxistas-leninistas que orientarão toda a nossa actividade, num aumento constante do nível político e ideológico dos militantes.

A par de uma campanha de depuração dos elementos fraccionistas e de organização dos novos grupos de

acção a nível dos locais de trabalho, vamos planificar o estudo que nos permita participar conscientemente na preparação do Congresso e criar, desde já, as bases sólidas para a criação de um partido marxista-leninista.

Na planificação do nosso estudo devemos dar particular importância à experiência histórica do MPLA, através dos seus documentos fundamentais e em particular os da 3.^a Reunião Plenária do Comité Central e as directivas contidas nos discursos do Camarada Presidente.

Durante os anos de guerrilha e naqueles que sucederam à assinatura dos acordos com Portugal, numerosas foram as reuniões em que os militantes e o Povo analisaram o processo revolucionário, enriquecendo-o, em cada momento, com os princípios doutrinaários que iriam servir de base às novas etapas de luta.

A opção socialista do MPLA, embora expressa mais explicitamente na 3.^a Reunião Plenária do Comité Central, está contida em todos os documentos do MPLA, a partir do Manifesto de 1956. O estudo do marxismo-leninismo foi sempre preocupação de todos os militantes e o primeiro CIR em 1964, já o incluía, nos seus programas. Esse estudo foi sempre enriquecido com os ensinamentos do povo de cada uma das regiões onde se desenvolveu a luta, bem como os ensinamentos dos trabalhadores das zonas urbanas.

O fraccionismo não nos deve fazer esquecer que o inimigo principal continua a ser o imperialismo mundial que, encabeçado pelo imperialismo norte-americano, se mostra muito agressivo em relação a Angola e à África Austral, sobressaindo particularmente neste momento a agressividade dos interesses monopolistas franceses, e de todos os fantoches quer das fronteiras ainda realizam infiltrações, com o intuito de provocar a instabilidade e a inquietação.

Os militantes do MPLA são chamados a defender, com mais vigor ainda, a única via de desenvolvimento que interessa às massas populares. Essa única via é, como foi reafirmado pela 3.^a Reunião Plenária do Comité Central, o socialismo científico, baseado na doutrina de Marx, Engels e Lénine.

E para garantirmos que a marcha do nosso povo para o socialismo siga sem desvios, temos de, cada um no seu posto, redobrar de e forços para realizar as principais tarefas da Reconstrução Nacional.

Um largo caminho já se percorreu no sentido de devolver ao nosso povo muitas das riquezas do nosso País. Muito resta a fazer ainda neste campo. Não podemos ultrapassar etapas, obedecendo apenas a algumas das nossas legítimas aspirações, sem que elas possam basear-se em condições objectivas.

O aumento da produção agrícola e industrial, a organização de todos os sectores da produção, desde a gestão, passando pela planificação e o aumento racional da produtividade, a organização do ensino e da saúde, o combate ao analfabetismo são as premissas que assegurarão a construção do socialismo em Angola.

E ao cumprirmos todas estas tarefas estaremos como militantes e como trabalhadores, a seguir a directiva do Camarada Presidente de «cuidar da vida material da população». E assim consolidaremos a unidade no seio do Movimento e a unidade no seio do nosso Povo que, como reafirmou a 3.^a Reunião Plenária, integra a classe operária, o campesinato, a pequena-burguesia patriótica e os intelectuais revolucionários.

O Camarada Presidente tem insistido, com frequência, na necessidade de combater a tendência de se cair numa errada concepção da luta de classes, que conduza ao isolamento da classe operária, face aos seus aliados — o campesinato, a pequena-burguesia patriótica e os intelectuais revolucionários.

O MPLA continuará, como sempre, a lutar para que a classe operária — «legítima depositária da doutrina do socialismo científico» — assuma o seu papel dirigente, mas sem que, para isso, se isole das outras forças sociais da sociedade angolana cujos interesses coincidem com os objectivos da Reconstrução Nacional.

Devemos consolidar o espírito internacionalista do nosso Povo, desenvolvendo a amizade com os países socialistas, com os partidos progressistas de todo o mundo. Devemos intensificar o apoio aos movimentos de libertação, particularmente da Namíbia, do Zimbábue, da África do Sul, de Timor e do Sahara Ocidental.

Com a tentativa golpista de 27 de Maio, as nossas estruturas sofreram alguns abalos que carecem de imediata atenção. Um amplo movimento de crítica e auto-crítica à escala de todo o Movimento permitirá detectar e corrigir algumas das fraquezas que terão facilitado as manobras fraccionistas.

Ao nível dos bairros das grandes cidades, os Comités do Movimento devem, desde já, ajudar os habitantes dos bairros (quando possível através das CPB) a resolverem alguns dos seus problemas fundamentais, particularmente os de abastecimento, os de saúde e higiene, os de fornecimento de água e luz, o problema escolar e mesmo os problemas de habitação (que embora de maior dificuldade, não devem deixar de ser equacionados a nível de bairro). Caminharemos, assim, para o fortalecimento do Poder Popular, inteiramente ao serviço das massas e não ao serviço de alguns oportunistas.

A luta contra os últimos redutos dos golpistas, lacaios servis de todos os imperialistas, fortalecer-se-á ainda com a contribuição que cada militante der à solução dos problemas actuais de abastecimento, da produção e da organização e disciplina nos sectores de trabalho. Que cada trabalhador compreenda que tem de dar o

melhor do seu esforço, para que o aumento dos níveis de produção venha beneficiar todo o Povo, cujo sacrifício nas duas guerras de libertação justifica que se possa esperar colher os frutos da independência.

Apliquemos a Ditadura Democrática Revolucionária, para acabar de vez com os sabotadores, com os parasitas, com os especuladores.

Organizemos melhor a nossa vigilância e liquidemos no ovo quaisquer novas tentativas de fazer reviver o fraccionismo no MPLA e o divisionismo no seio do Povo. Vigilância nos locais de trabalho, vigilância nos bairros. A participação militante na denúncia aos fraccionistas tem sido exemplar. Precisamos de ir mais longe. Ao nível dos locais de trabalho temos de prevenir qualquer acto de sabotagem. Ao nível dos bairros temos de garantir a segurança dos moradores, pelo que devem as Brigadas Populares de Vigilância, em colaboração com o CPPA, aumentar a sua capacidade de controlo e de combate à criminalidade.

Mobilizemos todos os compatriotas para a produção. Quem não tem trabalho nas cidades deve dar a sua contribuição à produção agrícola. Apoiemos seriamente as campanhas do café e da cana-do-açúcar.

A actividade do Governo deve libertar-se das peias burocráticas. O Governo deve tornar-se efectivamente um Governo Revolucionário, que saiba sobrepor-se quando necessário às leis retrógradas da época colonial e aos burocratas que entravam a Revolução popular.

As organizações de massas devem rapidamente reestruturar-se, fortalecer as suas estruturas e realizar as palavras de ordem do MPLA.

Combatamos todos os oportunistas e em particular aqueles dos elementos da pequena-burguesia que pensam já, porque os fraccionistas foram derrotados, lançar-se em busca da situação de privilégio.

Aceleremos a solução dos problemas mais importantes dos trabalhadores.

Fortalecidos pelas novas vitórias alcançadas, inspirados pelo exemplo militante dos companheiros tomados, seguros da justeza da nossa opção socialista, preparemo-nos para mais duros e decisivos combates pela organização do MPLA e do Estado, pela Reconstrução Nacional, pela realização do Congresso e pela criação do Partido.

Viva a Unidade da Nação!

Morte aos fraccionistas!

Avante para o Congresso!

A luta continua!

A vitória é certa!

Luanda, 12 de Julho de 1977.

O Bureau Político do Comité Central do MPLA.